



RÍCIA GONÇALVES COSTA Nº 1990 DADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

(Centre de Decumentação)

PATRICIA GONGALVES COSTA 22 DEZEMBRO 1998

Pa Gosta



1. INDICE

- 2. Introdução
- 3. Local de estágio
- 4. Estágio no GRCV
- 5. Análise Urbana do bairro do Casal Ventoso e da sua envolvente
- 6. As directrizes dos planos
- 7. Trabalhos realizados no GRCV
- 8. Um processo moroso e acidentado
- 9. Crítica a todo um processo de Reconversão
- 10. Trabalhos realizados em atelier
- 11. Bibliografia
- 12. Anexos

1

2. INTRODUÇÃO

Quis com este trabalho fazer um relato do que foi a minha experiência profissional enquadrada no tempo de estágio.

Neste sentido organizei este relatório por capítulos que me pareceram importantes e que na realidade se mostraram essenciais para conseguir comunicar de forma organizada e entendível a experiência de quase um ano de trabalho.

Há capítulos, no entanto, que não se prendem directamente com participações minhas mas, que relatam realidades com as quais contactei durante o período de estágio e contextualizam as minhas intervenções.

Parece-me assim, pertinente apresentar neste relatório um resumo dos trabalhos que focando aspectos directamente ligados com compromissos urbanísticos e arquitectónicos desta intervenção estão na base da opiniao que hoje defendo acerca de todo o processo.

Toda esta intervenção tem sido um processo moroso, acompanhado pela comunicação social, que nem sempre tem contado com uma classe política estável e clarividente disposta a apostar neste projecto e a conferir-lhe um protagonismo irrefutável na vida da cidade de Lisboa. É neste sentido que reservei um capítulo no meu relatório para a apresentação de relatos jornalísticos desde 1994, que melhor descrevem o quadro que tem sido a problemática desta intervenção.

Apresento, igualmente, o relatório dos outros trabalhos em que colaborei em atelier durante o período de estágio, e em forma de anexos, apresento as peças gráficas que menciono ao longo do trabalho.

3. LOCAL DE ESTÁGIO

O estágio decorreu no Atelier Cidade Aberta, orientado pelo arquitecto Vasco Massapina de Novembro de 1997 a Agosto de 1998, em que os primeiros seis meses trabalhei em colaboração com a equipa do Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso e os restantes 4 meses foram preenchidos com trabalhos realizados em atelier.

4. ESTÁGIO NO GRCV

De Novembro de 1997 a Abril de 1998 colaborei com a equipa do Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso, na área de Assessoria técnica às disciplinas de Urbanismo e Construção, visando a preparação de elementos de projecto referentes a estudos elaborados pelo Gabinete e seus consultores no domínio de Arquitectura e Urbanismo.

Foram intervenções que descreverei em capítulos posteriores e que junto em anexo as respectivas peças gráficas.

O Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso é um gabinete local criado pela edilidade lisboeta e pelo Ministério do Equipamento (DL nº 262/95, de 4 Outubro), com o objectivo de promover a realização da Operação Integrada de Reconversão do bairro; assegurando a sua gestão administrativa, técnica e financeira, bem como a de outros projectos de natureza idêntica que venham a ser aprovados e que tenham incidência na Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Casal Ventoso.

Esta Área foi delimitada pela Câmara Municipal com o objectivo de executar um programa de reabilitação urbana condidatável ao programa comunitário URBAN, que permite a criação de condições para uma eficaz intervenção sócio-urbanística.

Este, é um projecto claramente de interesse nacional, dada a dimensão e complexidade da situação que ultrapassa em muito a problemática da melhoria da qualidade do meio urbano.

Foram , neste sentido, elaborados vários estudos por entidades como a HP (Hidrotécnica Portuguesa, Consultores para estudos e projectos, Ida), que descrevem de forma minuciosa a realidade que envolve a problemática de Ordenamento do Casal Ventoso.

5. ANÁLISE URBANA DO BAIRRO E DA SUA ENVOLVENTE

Faço neste capítulo, um breve resumo da caracterização da situação existente em todo o Bairro do Casal Ventoso e da sua envolvente, nomeadamente o Vale de Alcântara, com o objectivo de contextualizar o leitor na dimensão e na problemática que uma intervenção neste local acarreta.

«CASAL » é a denominação original para um conjunto de habitações.

«VENTOSO» por causa dos ventos fortes que se faziam sentir na encosta vindos do Rio Tejo e que faziam tremer as frágeis construções assentes nos degraus do declive.

03/06/97

"Jornal de notícias"

- (...) Um aglomerado de construções degradantes, sem infra-estruturas nem espaços públicos, implantados na ravina sobranceira ao Vale de Alcântara(...)
- (...) Resultado de um crescimento da migração interna das primeiras três décadas do séc. XX, o Casal Ventoso é hoje um "ghetto" onde só entra quem lá vive há muitos anos e não tem condições económicas para se mudar, os traficantes e os consumidores de droga.(...)
- (...) Autêntico ex-líbris da degradação humana em que o País vai caíndo, o C.V. é um amontoado de desgraças sociais, um viveiro da decadência humana (...)
- (...) 75% dos prédios estão degradados, 9% não dispõem de electricidade, 50% não têm casa-de-banho, 42% não têm cozinha.(...)
- (...)O bairro é habitado por 4250 pessoas, das quais 1100 são jovens com idades até aos 14 anos e 1000 têm mais de 60 anos.(...)

O bairro do C.V. apresenta traços muito peculiares que lhe conferem um estatuto de marcada individualidade urbana e social. São eles: a sua implantação em ravina sobranceira ao Vale que salienta o seu isolamento na paisagem circundante e as características do tecido urbano e da população residente socialmente marginalizada.

O processo de intervenção no Casal Ventoso, obrigou a estudos pormenorizados acerca da realidade deste bairro; assim, aquando da elaboração das Normas Provisórias

foram levado a cabo estudos que permitem concluir que o C.V. é considerado dentro do Vale de Alcântara a área mais degradada e com problemas mais agudos.

Faço agora um breve resumo do diagnóstico apresentado pela H.P, aquando da 1ª fase do Plano Pormenor do Casal Ventoso. Onde estão bem patentes os aspectos mais condicionantes duma intervenção que se quer com preocupações urbanísticas

Problemas:

- Implantação em ravina com problemas de estabilidade geológica e de acessibilidade
 - Densidade pop. elevada face às tipologias edificadas.
 - Espaço público reduzido, desequipado e desqualificado.
- Más condições habitacionais, cerca de ¾ dos alojamentos encontramse em mau estado, mais de metade apresenta carências de infra-estrutura ou de equipamento do fogo e cerca de 1/3 dos fogos está subdimensionada para o agregado residente.
- Peso significativo da população não activa (69% do total) e fraco padrão de qualificação profissional
- Carências no bairro de serviços de apoio à população. Em particular à 3ª idade e infância, falta de equipamento desportivo, carências na área da saúde pública; marginalidade física e social do bairro.

Potencialidades:

- Implantação do bairro próximo de grandes vias de comunicação existentes e previstas
 - Estabilidade demográfica e homogeneidade social
 - Fortes laços de associativismo e solidadriedade
- Receptividade da população a deslocações para outros locais,
 embora com preferência em permanecer na mesma zona.

A ÁREA DO C.V. É ASSIM CONSIDERADA COMO ÁREA HABITACIONAL A RECONVERTER - ESPAÇO DEGRADADO E DESADEQUADO QUE SE PRETENDE RENOVAR DESTINANDO-SE AO USO PREDOMINANTE HABITACIONAL E AOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES.

Quando mencionei o contexto da envolvente do bairro do C.V. referia-me à Av. de Ceuta, também ela objecto de estudos urbanísticos e que seguida apresento alguns pontos importantes.

A zona da Av. de Ceuta (objecto de Plano de Pormenor DL69/90) é delimitada a oeste pelo Eixo Norte –Sul- com a exclusão do Bairro do Alvito e a Leste pelo espaço canal do futuro ramal de Alcântara.

Os limites Norte e Sul do plano são definidos respectivamente pelos viadutos de ligação entre o eixo Norte-Sul e a Av. Duarte Pacheco e pelas imediações da Vila Cabrinha, nas proximidades da Rotunda de Alcântara.

A área de incidência do plano, abrange partes das freguesias do Santo Contestável e de Alcântara, inclui, para além da Av.de Ceuta os terrenos marginantes de um e do outro lado até meia encosta.

É assim definido um espaço alongado, cujo eixo maior se desenvolve no sentido Norte-Sul numa extensão de cerca de 1,3 Km por 200 m de largura média.

No centro deste espaço implanta-se a avenida em vale aberto ladeada pelas encosta abruptas. É uma área notável pela sua dimensão cénica:

- A Ocidente, a forte presença do Parque Florestal de Monsanto;
- A Oriente, a evidência de uma massa edificada (R. D. Maria Pia, Cemitério dos Prazeres e Casal Ventoso).

É de assinalar a função desempenhada pelo vale na correcção climática da zona ocidental da cidade enquanto factor de drenagem atmosférica.

Em contraste com a densa ocupação urbana das encostas - a excepção é a área do Parque Florestal – a zona da Av.de Ceuta apresenta-se sub-utilizada e dela praticamente ausente a vida urbana. Não obstante a excelente acessibilidade que disfruta, assegurada quer pela avenida e sua ligação ao Eixo Norte-Sul, integradas na rede rodoviária fundamental da cidade, quer pela ferrovia inserida na linha de cintura, e a sua articulação por passadeira pedonal com a linha de Cascais.

Potencialidades:

- seu valor cénico e o papel no equilibrio climático da zona ocidental da cidade
- A sua função de charneira entre a massa edificada do centro da cidade e a zona ocidental, em particular o grande florestal de Monsanto, bem presente sobre o vale.

 A elevada acessibilidade da área da avenida e os espaços adjacentes com tendência para aumentar significativamente a curto e médio prazo com remodelações rodoviárias e implantação de novos eixos pesados.

Problemas:

- Estado de degradação e abandono em que se encontra de modo geral votadaa: utilizações marginais, usos degradantes, edifícios em mau estado ou em ruínas, depósito de entulhos.
- peso de infra-estruturas básicas como a ETAR, o caneiro, os espaços canais para novas vias, a instabilidade das encostas.

EMBORA SEJA FORTE A PRESENÇA DE CONDICIONANTES À INTERVENÇÃO URBANÍSTICA (ETAR, CANEIRO, ESPAÇOS CANAIS) A RECUPERAÇÃO DA AVENIDA DESENHA-SE COMO PERFEITAMENTE ALCANÇÁVEL NO QUADRO DE UMA ESTRATÉGIA DE POTENCIAÇÃO DOS SEUS PONTOS FORTES E DE ELIMINAÇÃO DOS SEUS ASPECTOS NEGATIVOS.

Como anteriormente referí, o bairro do C.V. e a sua envolvente, nomeadamente o vale de Alcântara, foram objecto de vários estudos entre os quais destaco a elaboração dos respectivos planos de Pormenores.

Qualquer intervenção urbanística neste espaço, prende-se com uma exigência de qualificação urbana e de adaptação a novos usos e funções com o sentido de uma reutilização de espaços.

Toda a realidade física e social desta área, nomeadamente a presença do edificado, de uma rede viária com algum impacto na malha da cidade, as próprias memórias associadas ao espaço funcionam como elementos condicionantes e muitas vezes limitadores duma abordagem urbanística como a que se pretende. É neste sentido que se torna imprescindível a elaboração destes planos.

São estudos que definem com minúcia a tipologia de ocupação, os usos do solo e as condições gerais de edificação, quer das novas, quer da transformação das existentes, definindo igualmente o arranjo dos espaços livres. Os planos caracterizam a todos os níveis as realidades dos espaços pelo que as confrontam com um conjunto de soluções a contemplar na área de intervenção.

Os planos têm uma inegável componente técnica na sua elaboração mas, uma finalidade social como resultante, e por isso não se podem reduzir a simples instrumentos de intervenção técnica desligados dos interesses, aspirações e necessidades das populações a que se destinam.

"Não se trata apenas de salvaguarda e reabilitação de fachadas, volumes, envolvências, situações de cenário urbano de qualidade ambiental a manter ou melhorar. Trata-se essencialmente de melhorar espaços e áreas habitacionais de camadas significativas que neles vive e trabalha, locais de percurso e recreio de quem vive e procura a cidade, e onde os valores patrimoniais , os símbolos, as memórias, são mais que edifícios, ruas, largos e praças (...) A conservação de áreas antigas, ou de objectos e edifícios individualmente considerados, é a resultante de uma atitude crítica; tem de pressupor um juízo intelectualmente honesto que permita, a partir do equilíbrio dos valores em presença, uma adequada intervenção urbana".1

 Fadigas, Leonel. (1990). Centros Históricos. O que s\u00e3o e como se transformam. In III Jornadas Sobre el Paisaje. Academia de História y Arte de San Quirce. Seg\u00f3via.

Estes estudos (planos) contemplam várias escalas de aproximação e hierarquizam-se em função do detalhe, mantendo entre si uma dependência de critérios.

Nesta perspectiva, a área em análise já foi contemplada no Plano Director Municipal (PDM), posteriormente no Plano de urbanização do Vale de Alcântara (PU) e finalmente nos repectivos Planos de Pormenor (PP).

O que apresento neste capítulo é um breve apanhado das directrizes dos planos que incidem na área crítica de intervenção.

"NORMAS PROVISÓRIAS PARA O CASAL VENTOSO

Disposições gerais

Artigo 1º

As presentes Normas Provisórias têm como objecto a concretização das intervenções urbanísticas possíveis face ao aprofundamento já conseguido do bairro do Casal Ventoso bem como disciplinar a ocupação, uso e transformação do solo na área abrangida pelas Normas, mantendo no entanto a flexibilidade necessária na futura adopção de soluções para a área."

A reconstrução viária assenta numa primeira fase no prolongamento da Rua Costa Pimenta, espinha dorsal do sistema rodoviário do bairro; a nível pedonal propõe-se estabelecer ligações entre a Rua Maria Pia, Rua do Arco Carvalhão e a Rua Costa Pimenta. São ligações que visam dinamizar toda uma intervenção bem como fazer a ligação das várias cotas e inclusivé garantir o atravessamento do vale através da passagem desnivelada sobre a Av. de Ceuta.

Estão contemplados espaços públicos estruturados por circuitos pedonais em que o aglomerado verde é a tónica.

Uma das grandes apostas deste plano é o combate às grandes carências do bairro no que respeita ao desporto, cultura e recreio, apoio à infância e à terceira idade.

O realojamento é um dos temas com grande importância neste plano. Parte da acção do realojamento nesta intervenção é tratada no Plano de Pormenor da Av.de Ceuta; a outra parte trata-se de famílias não abrangidas pela situação e que habitando prédios, na sua maioria em mau estado terão que ser realojadas por se prever a demolição dos edifícios com vista à reestruturação viária do bairro, à expansão dos espaços públicos e ao reforço dos equipamentos colectivos.

Dos estudos feitos, conclui-se que das 174 construções, 97 anexos deverão ser demolidos e 82 famílias reinstaladas no bairro, de modo a possibilitar a execução das obras previstas para a sua reabilitação. Estas obras envolvem ainda 156 edifícios e 167 famílias abrangidas pelo Programa Especial de Realojamento (PER).

Estão igualmente tomadas posições no sentido de incentivar a iniciativa privada em acções de reabilitação de edifícios, prevendo-se uma intervenção maciça do RECRIA, visto que 70% dos alojamentos encontram-se arrendados, a maioria com rendas baixas, sendo assim possível obter a percentagem máxima de comparticipação prevista no programa.

Está pensada a aplicação de benefícios fiscais a proprietários que se comprometam a reabilitar os seus prédios, o que poderá envolver cerca de duzentos fogos.

Foi estudado um programa de financiamento e o balanço final previsto para as operações no Casal Ventoso é de :

Investimento total: - 5.16 M/Contos

4.63 M/Contos (total URBAN - 24000000 ECU's)

0.53 M/Contos (realojamento no bairro)

Investimento Municipal: - 2.49 M/Contos

0.55 M/Contos - URBAN

0.6 M/Contos - URBAN

0.39 M/Contos - Realojamento no bairro

0.95 M/Contos - 50% do novo bairro

Ainda neste capítulo, faço referência a todos os pontos que me chamaram à atenção no Plano de Pormenor da Av.de Ceuta, relativamente às directrizes programáticas.

O Programa de Intervenção do Plano de Pormenor da Av.de Ceuta Norte, assenta na reformulação de toda a rede viária e aposta na criação de vias laterais, a ocidente e a oriente de serviço às edificações projectadas.

Prolongamento de vias existentes no sentido de abrir o bairro do Casal Ventoso para o exterior, como é o caso da Rua Costa Pimenta. São também projectadas ligações transversais ligando as vias laterais entre encostas através de viadutos sobre a avenida. Todo o sistema pedonal é reformulado com a proposta de duas novas pontes pedonais de atravessamento transversal do vale em que uma faz a ligação com o bairro do Casal Ventoso.

Do ordenamento proposto resulta para o lado ocidental da avenida, uma urbanização com composição simétrica cujo eixo é a ligação entre a Av.de Ceuta e a Rua da Fábrica da

Pólvora; a recuperação do espaço confinado pela Vila Cabrinha e seu jardim bem como o espaço definido pelo edifício Torre (FNAC) e Fábrica de Têxteis.

Neste sentido, os objectivos do Plano prendem-se com:

- Promover uma clara inserção urbana da área a reconverter através de desenho que garanta uma boa acessibilidade ao exterior, evitando soluções que conduzam ao seu isolamento.
- Evitar a proposição de formas de associação de fogos conducentes a rupturas com a vivência actual da população a realojar.
- Proporcionar suficientes espaços complementares da habitação, garantindo a sua diversidade funcional e correcta localização.
- Promover uma imagem urbana em n\u00e3o ruptura com a do velho bairro, discreta e simultaneamente acimada, tendo presente a extens\u00e3o significativa da frente do novo conjunto sobre a avenida.
- A implantação dos edifícios, volumetrias e próprio desenho urbano deve ter em conta a drenagem hídrica e atmosférica do vale, o equilíbrio e integração no local e a economia da construção.

A opção de três pisos resulta não só de uma melhor afirmação imagética da frente edificada sobre a avenida mas também daquele ser o limite para fundar sem recorrer a estacas. Por outro lado a generalização dos quatro pisos, para quase toda a totalidade dos outros edifícios baseia-se na não obrigatoriedade de instalação de ascensores.

Estão igualmente contemplados os equipamentos colectivos que se harmonizam com o ordenamento verde que passa pela consolidação da arborização da avenida em cortinas de árvores.

A nascente da encosta propõe-se o revestimento arbustivo de taludes e a poente a recuperação que envolve revestimento vegetal das áreas de demolição.

Estão previstas acções de reabilitação e recuperação dos imóveis de interesse histórico bem como acções de limpeza e reflorestação da encosta integrada no Parque Florestal de Monsanto.

7. TRABALHOS REALIZADOS NO GRCV

Todos os trabalhos que tiveram lugar em programa de estágio e em colaboração com o Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso foram realizados sob a orientação do Arqº Vasco Massapina.

Apresento de seguida um índice dos trabalhos e posteriormente o seu desenvolvimento.

ÍNDICE DOS TRABALHOS

- 7.1. Remodelação do edifício da Quinta do Cabrinha
- 7.2. Ficha de classificação do edificado da Rua Maria Pia
- 7.3. Proposta de ocupação da Av.de Ceuta Poente
- 7.4. Perspectiva esquemática das intenções de intervenção

7.1. O primeiro trabalho realizado dentro do programa de estágio foi a remodelação do edifício da Quinta do Cabrinha no sentido de adaptar os pisos térreos às novas funções que lhe eram impostas, comércio e serviços.

Foi o primeiro contacto com o mundo exterior. Senti que ao longo de todo o processo não havia grandes certezas por parte do requerente nem sequer da necessidade da arquitectura nesta intervenção, o que tornou este processo muito mais demorado. No entanto, esta intervenção gerou uma consciencialização por parte dos responsáveis do gabinete acerca do protagonismo que cabe à arquitectura na concepção espacial do edificado.

Apresento de seguida o relatório que entreguei em Dezembro de 1997, aquando da finalização deste trabalho aos responsáveis pelo Gabinete.

Este trabalho engloba um conjunto de propostas a vários níveis no sentido de adequar os pisos térreos (bloco 1 e 2) dos edifícios da Operação da Quinta da Cabrinha a novas funções para os quais não foram concebidos – Áreas para Serviços e Equipamentos.

Os edifícios foram projectados para a habitação e realojamento; Implementar um novo uso, obriga necessariamente a uma reformulação, que não pode, a nosso ver, restringir-se apenas ao interior; é uma transformação que até pelo carácter comercial e de serviços deve, e tem toda a vantagem, de transparecer para o exterior.

Para isso, ao propôr-se a alteração de uso dos espaços interiores do piso térreo, para serviços e equipamentos, avançou-se com propostas para a alteração da fachada a este nível.

Dado o estado avançado da construção do edifício, a alteração da fachada consiste numa "pele" exterior que se adoça ao edifício não pondo em causa a construção já existente.

Apresenta-se igualmente soluções de reorganização interna sem alteração da fachada, para o piso térreo, mas que são, a nosso ver deficientes, no sentido de não haver uma total transformação do espaço. Isto é, ao manter a geometria inicial do edifício no piso térreo com os avanços e recuos em relação ao exterior, põe-se em causa a capacidade de um desempenho eficaz das novas funções deste piso, perdendo-se igualmente a oportunidade de criar uma imagem arquitectónica que se coadune ao impacto social que todo o processo de Reconversão do Casal Ventoso acarreta.

BLOCO 1 E 2 : COM ALTERAÇÃO DA FACHADA

A proposta de alteração da fachada teve em conta a nova função para o piso térreo – área de serviços e equipamento.

Esta proposta tem como objectivo imprimir um carácter único ao edifício no sentido de à cota do piso térreo ter-se a noção que se trata do mesmo espaço, criando momentos que possibilitem que a nova função – comércio- aconteça de forma mais eficaz.

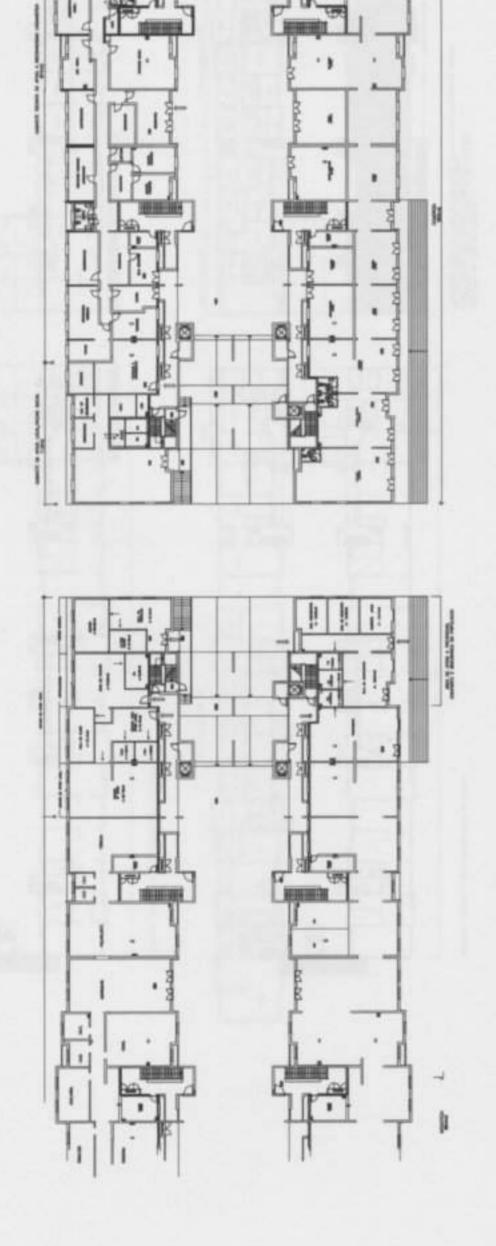
Para isso, optou-se pela marcação do espaço comercial com uma "pele" que envolve todo o edifício, mas exterior a ele, fazendo sobressair este piso do resto do edifício imprimindo-lhe um carácter apelativo, essencial para que a função comercial seja bem sucedida.

É importante referir que a organização espacial interior dos blocos 1 (Espaço comercial) e 2 (Instalações do Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso e Espaço Comercial) foi posteriormente actualizada em função das exigências programáticas que têm vindo a surgir.

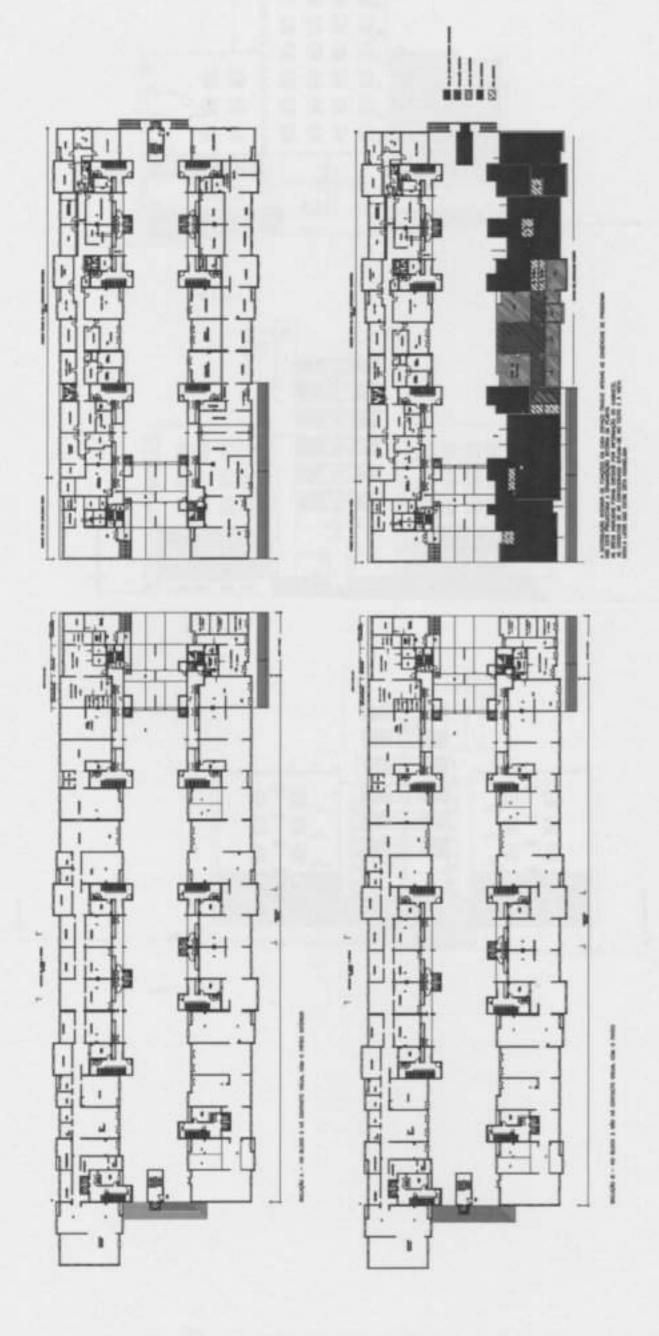
O desenho do edifício caracteriza-se por avanços e recuos em relação ao exterior, neste sentido, optámos por propôr um tratamento de fachada ao nível do piso térreo de duas maneiras:

- 1. Aumentando o perimetro exterior do edificio que surgiu pelo alinhamento da fachada ao nível do piso térreo pelo maior avanço em relação ao exterior, designando a solução por "proposta com área máxima". Com esta solução há um ganho de área substancial que será obviamente rentabilizado pelo espaço comercial.
- Mantendo o perimetro exterior do edificio tal como está projectado, designando esta solução por "proposta com área mínima".

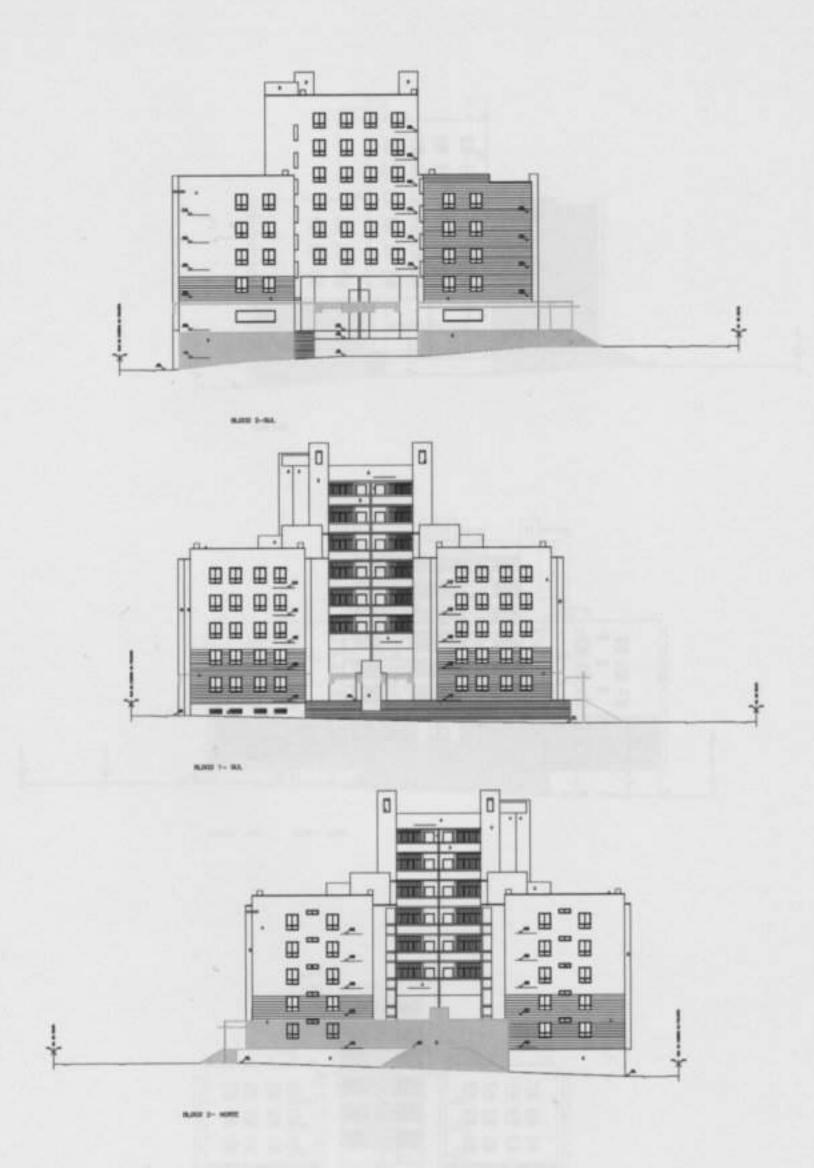
PLANTA DE FUNÇÕES COM A ÁREA MÍNIMA

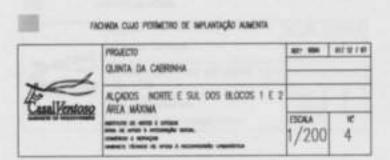


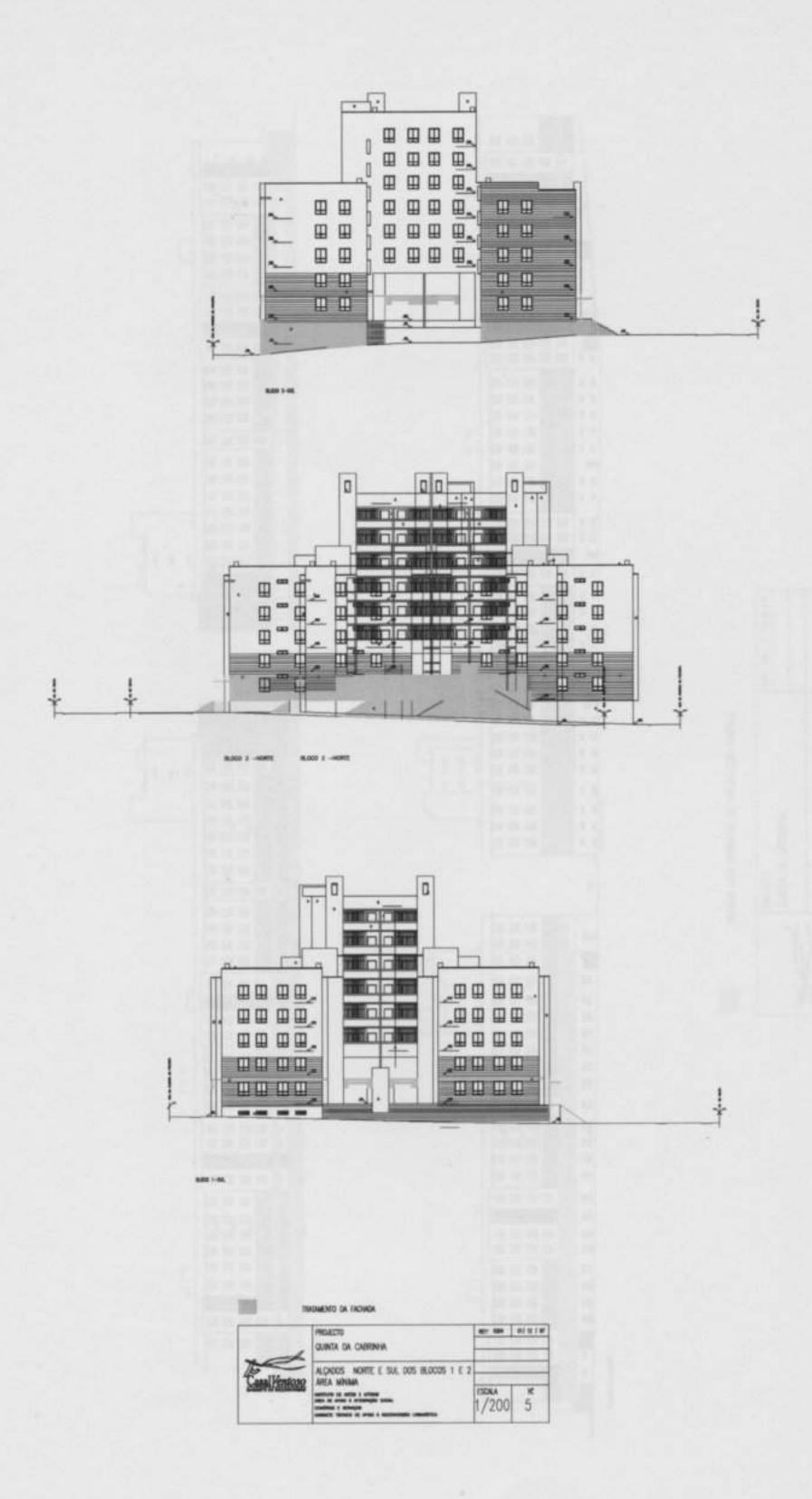
OBS.:
A DISTRIBUIÇÃO INTERIOR DE FUNÇÕES EM CADA ESPAÇO TRADUZ APENAS AS EXIGÊNCIAS DE PROGRAMA NÃO ESTÁ PROJECTADA A ORGANIZAÇÃO INTERNA DA PLANTA AS ÁREAS INDICADAS FORAM OBTIDOS POR INFORMAÇÃO DO GABINETE.
AS ÁREAS INDICADAS SIMBOLIZAM AS POSSIVEIS ENTRADAS PELO EXTERIOR

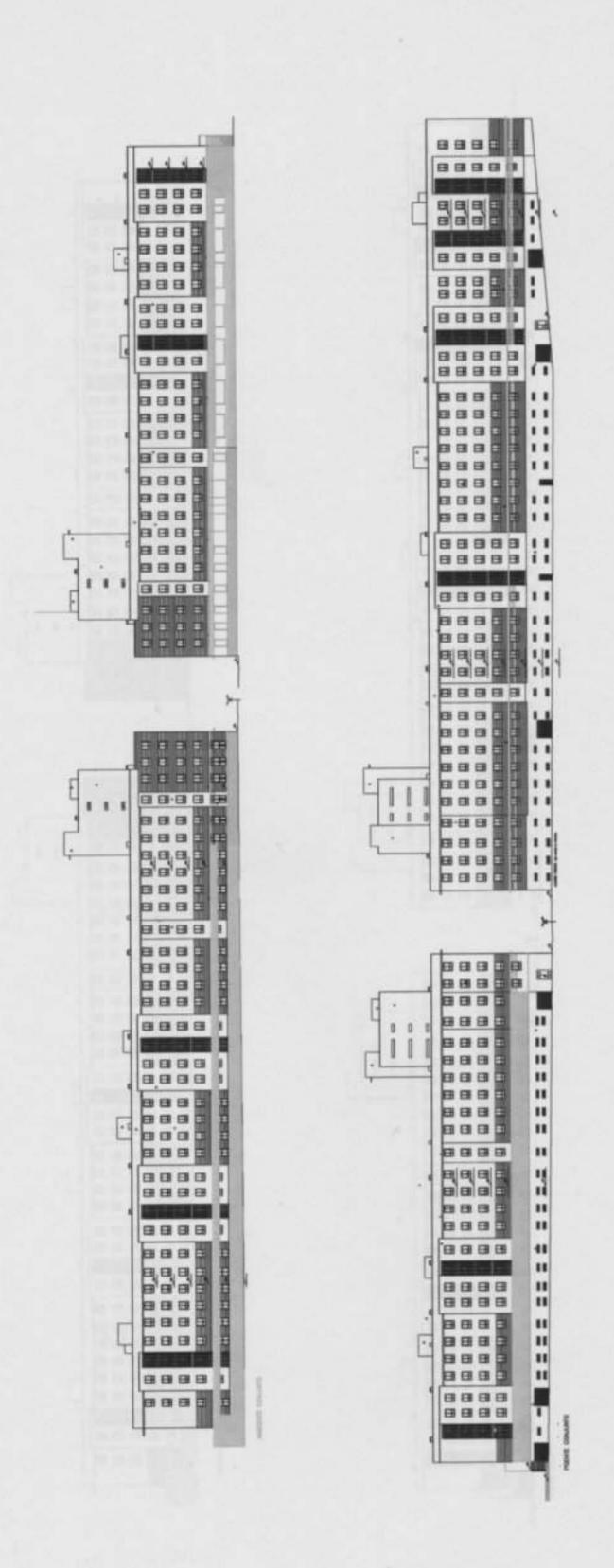






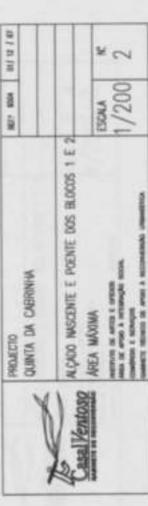


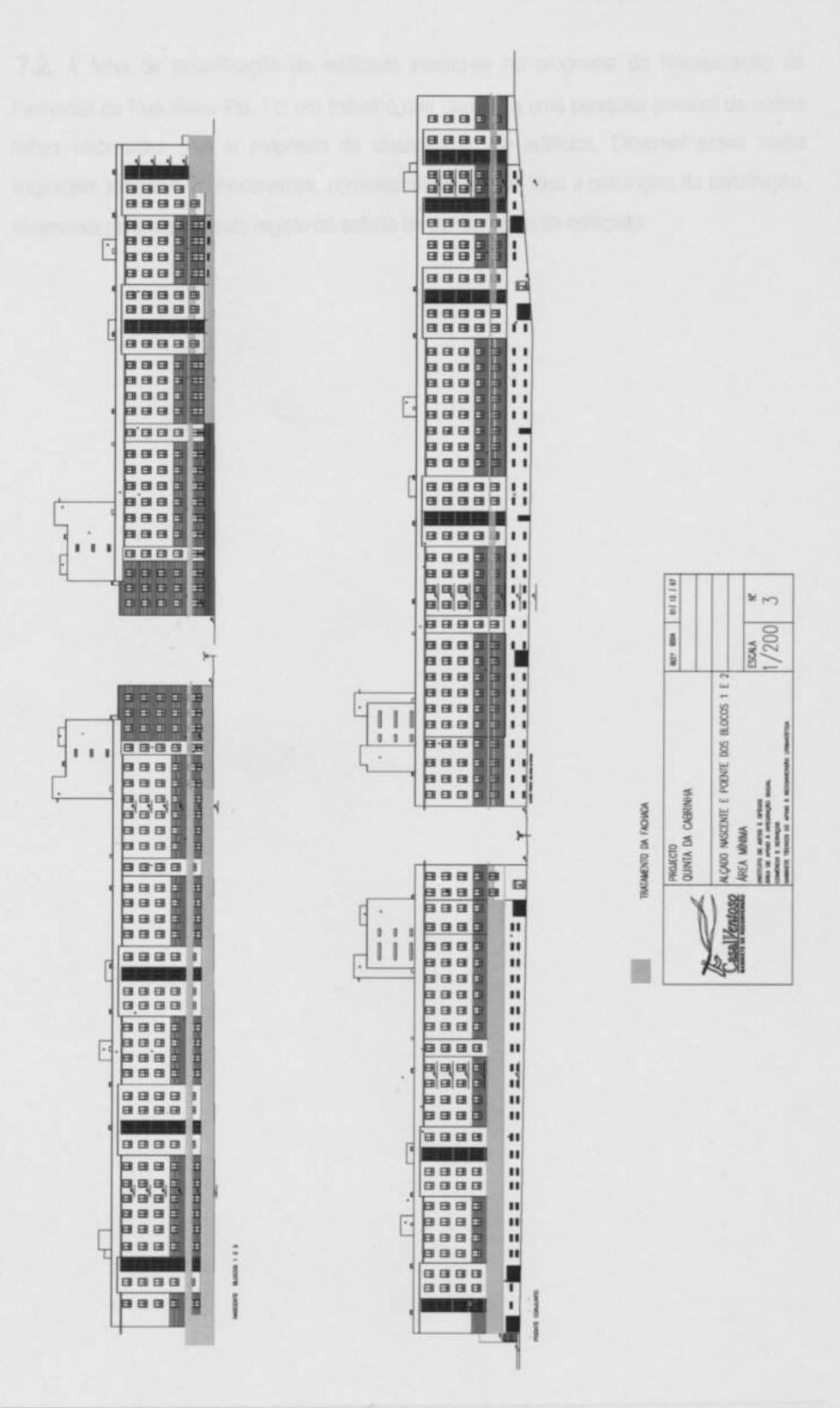




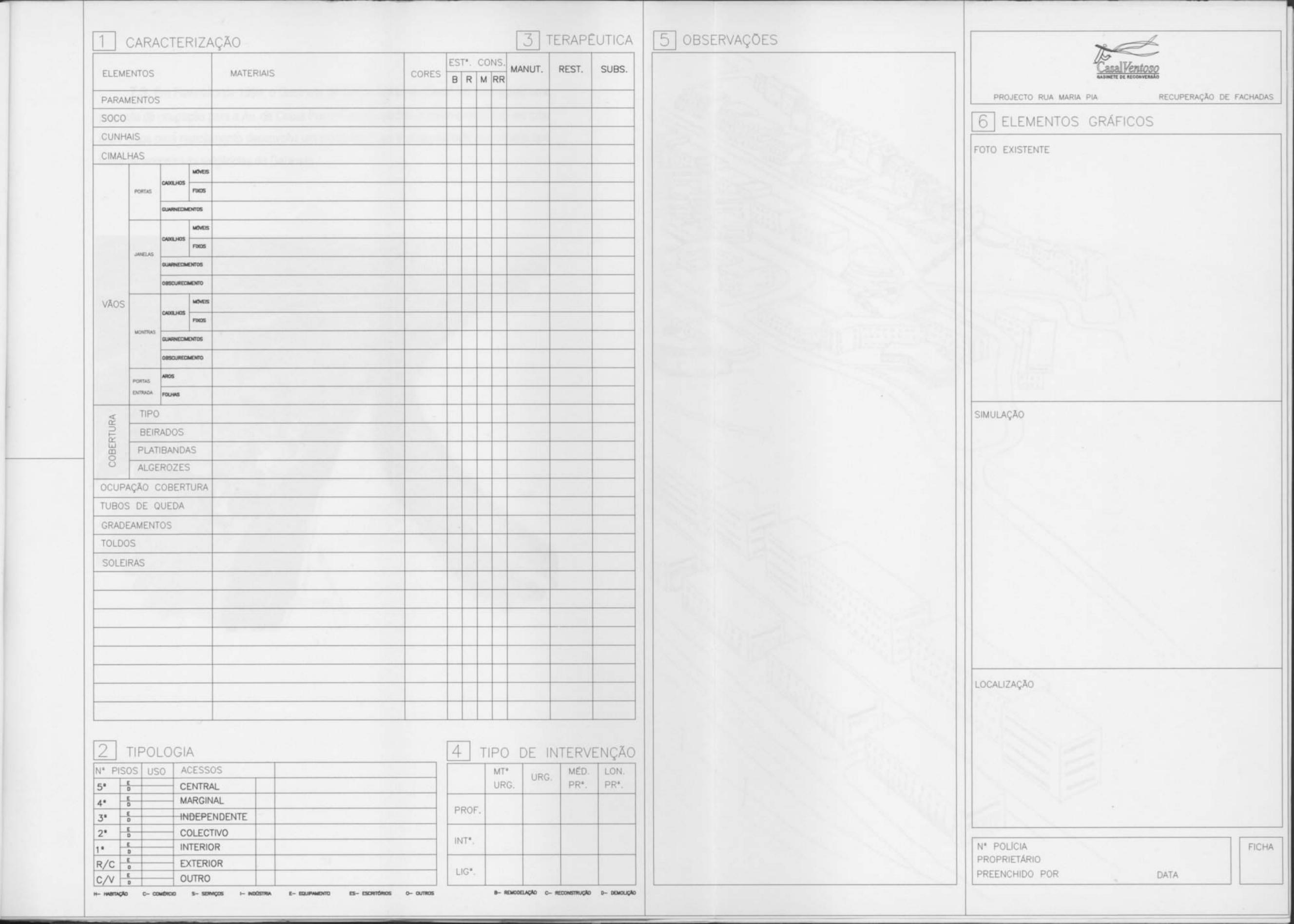


FACHION CLUG PERMETRO DE IMPLANTAÇÃO ALMENTA





7.2. A ficha de classificação do edificado inseriu-se no programa de Recuperação de Fachadas da Rua Maria Pia. Foi um trabalho que obrigou a uma pesquisa pessoal de outras fichas elaboradas com o propósito de classificação de edifícios. Cimentei assim muita linguagem técnica e conhecimentos, nomeadamente no que toca a patologias da construção, essenciais para um correcto registo do estado de conservação do edificado.



7.3. Em Fevereiro de 1998, o Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso pediu uma proposta de ocupação para a Av. de Ceuta Poente. Neste sentido e como o objectivo era criar mais fogos para realojamento desenvolví um programa base e uma proposta desenhada que fosse de encontro às exigências do Gabinete.



NOVO BAIRRO NA AVENIDA DE CEUTA POENTE PROPOSTA DE OCUPAÇÃO

No âmbito da urbanização do Vale de Alcântara, e por forma a continuar a ocupação com o edificado, tal como aconteceu com a Quinta do Cabrinha, apresenta-se uma proposta de ocupação ao nível de programa base, para os terrenos que se situam na "margem" Poente da Avenida de Ceuta, com o objectivo de se obterem mais fogos para realojamento e áreas de construção para equipamentos e serviços, ou seja, praticar um tipo de "realojamento apoiado".

A proposta desenhada que se apresenta, e que se propõe seja integrada na urbanização do vale de Alcântara, pretende contribuir para configurar arquitectonicamente o eixo urbano Avenida de Ceuta, integrando nesta zona a "torre" existente, e equilibrando-se com a ocupação da Quinta do Cabrinha.

Como condicionantes, definem-se:

-infra-estruturas rodo-ferroviárias existentes e em construção, com especial destaque para o novo acesso ferroviário à ponte 25 de Abril.

-a morfologia topográfica.

-o modelo de ocupação delineado para a zona Nascente fronteira, que também contribui para configurar arquitectonicamente a Avenida.

-a consideração da Avenida de Ceuta, como fazendo parte do eixo estratégico de equipamentos e serviços da cidade de Lisboa, que liga a zona ribeirinha ao Areeiro.

Na suposição de que se manterá a zona de abastecimento de combustível. Apesar dos inconvenientes e dos conflitos que tal ocupação gera na requalificação do eixo que foi definido, propõe-se a "tardoz" deste posto de abastecimento, uma edificação com volumetria em "degradé" a partir da torre TSF, entre seis e dois pisos, cuja implantação é gerada por uma ligeira rotação do alinhamento com a torre, exactamente no plano onde a cércea diminui de seis para quatro pisos. Como remate do volume de quatro pisos, e no mesmo alinhamento, isola-se outro volume construído, este já com dois pisos. Esta diluição volumétrica evidencia uma construção de características pontuais, esbelta no que se refere à proporção entre o perímetro de implantação e a altura: dois prismas verticais com uma base de 8.00x8.00 metros, e altura de 30.00 metros (oito pisos). Pretende-se assim constituir um elemento construído significante, no enfiamento do edifício do Centro de Dia e Lar de Idosos, proposto e

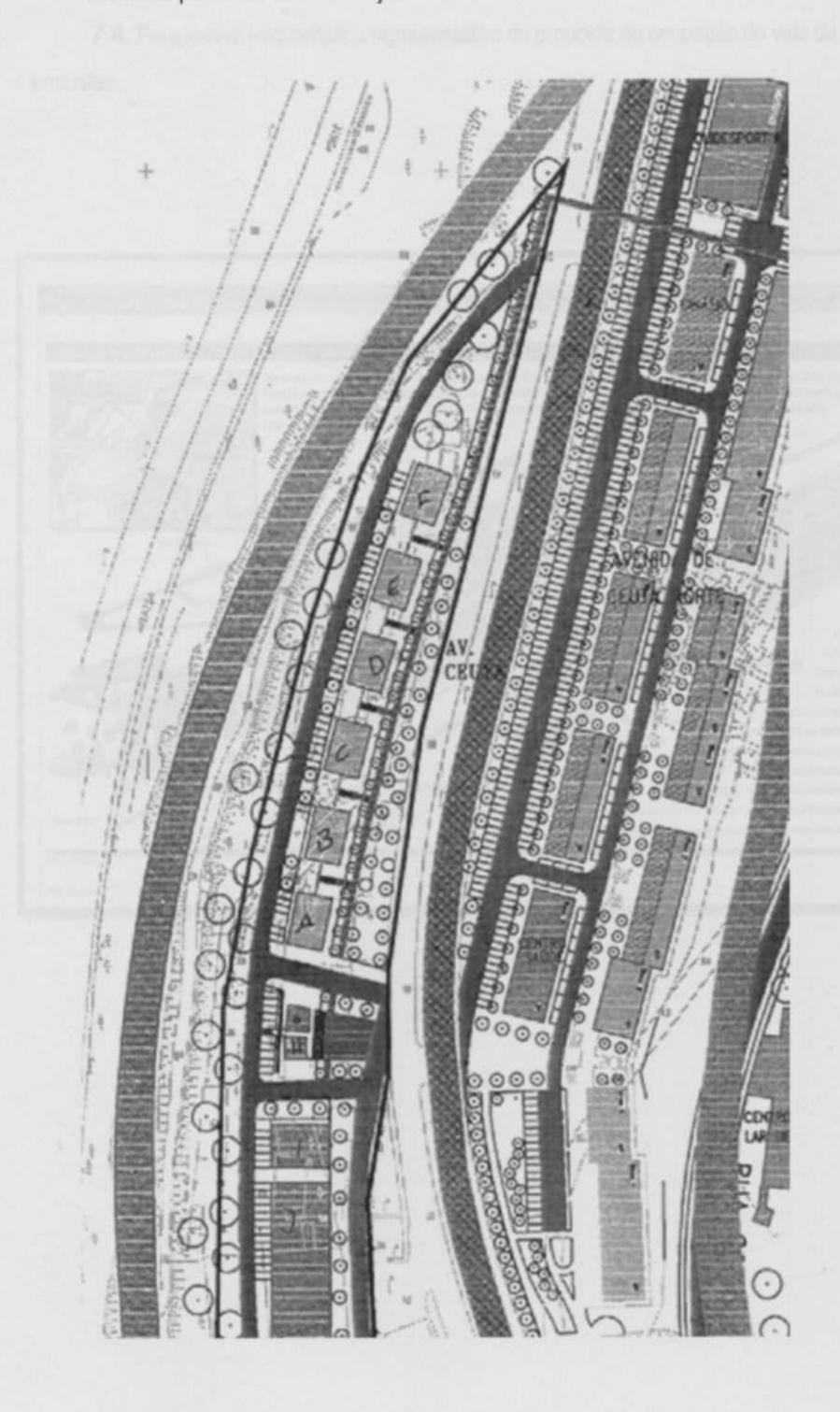
projectado para o lado Nascente da Rua Costa Pimenta, edifício que em sí mesmo constituirá outro elemento significante, dada a qualidade arquitectónica que o projecto revela.

No seguimento do definido elemento pontual constituído pelos dois prismas quadrangulares, propõe-se uma ocupação com edifícios de quatro pisos para fins habitacionais, assentes num embasamento comercial. Esta função animará o percurso de peões devidamente arborizado que vai desenvolver-se ao longo da Avenida de Ceuta, deste lado, em segurança, até à passagem elevada de peões que fará a ligação ao Bairro do Casal Ventoso. O tipo de ocupação proposto, "contraria" o modelo praticado na Quinta do Cabrinha, de construção contínua. Assim, projectam-se seis edifícios intercalados por espaço livre, que têm como cenário, o viaduto ferroviário e ampla área verde de protecção e enquadramento. Refira-se a propósito, que esta área verde garante o afastamento indispensável à infraestrutura ferroviária, e que esta possui sistema de protecção de ruídos. A área de implantação destes edifícios configuram um rectângulo de 18.00x12.00 metros (respectivamente, dimensão da frente e da fachada lateral).

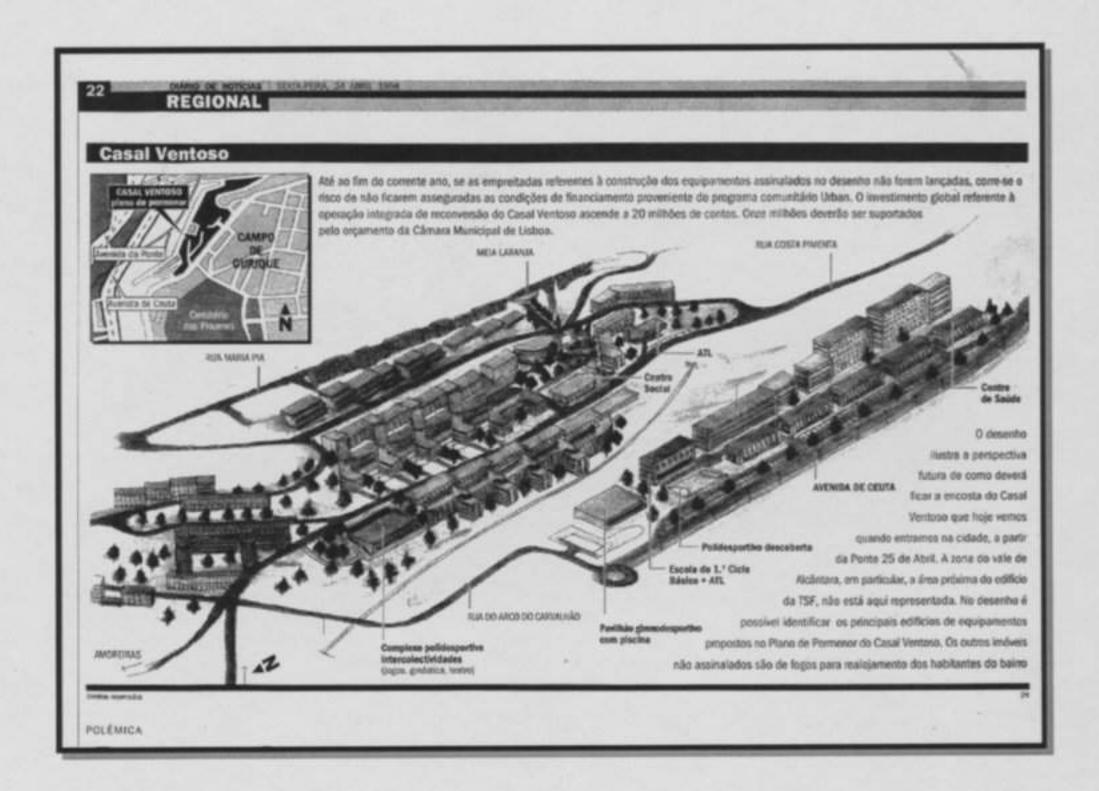
A tardoz do edificado proposto, desenvolve-se um arruamento, que garante acessos automóveis sem conflitos e estacionamentos públicos e rotativos.

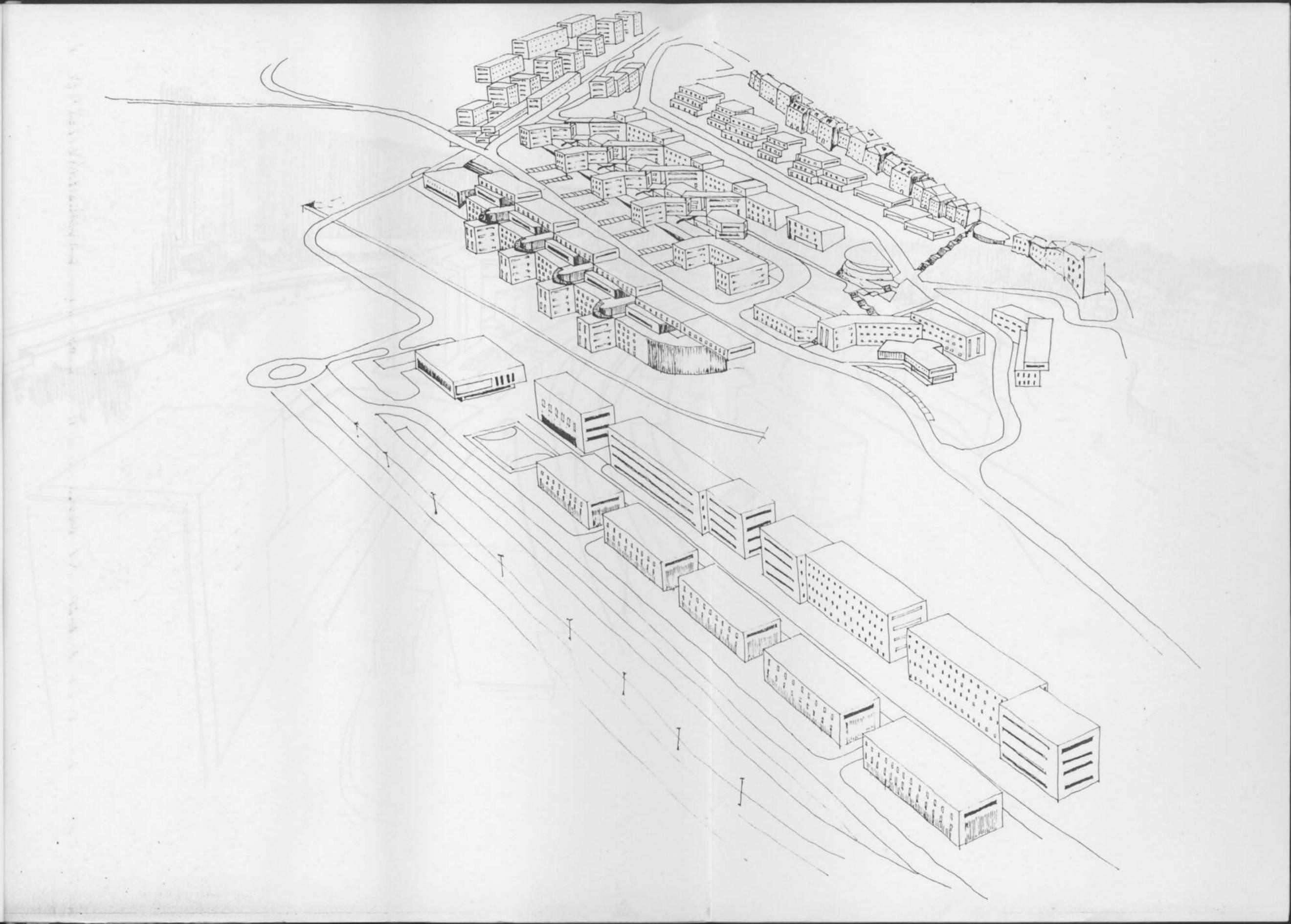
As áreas de construção e o número de fogos estão discriminados na Planta Síntese de Implantação do plano de urbanização.

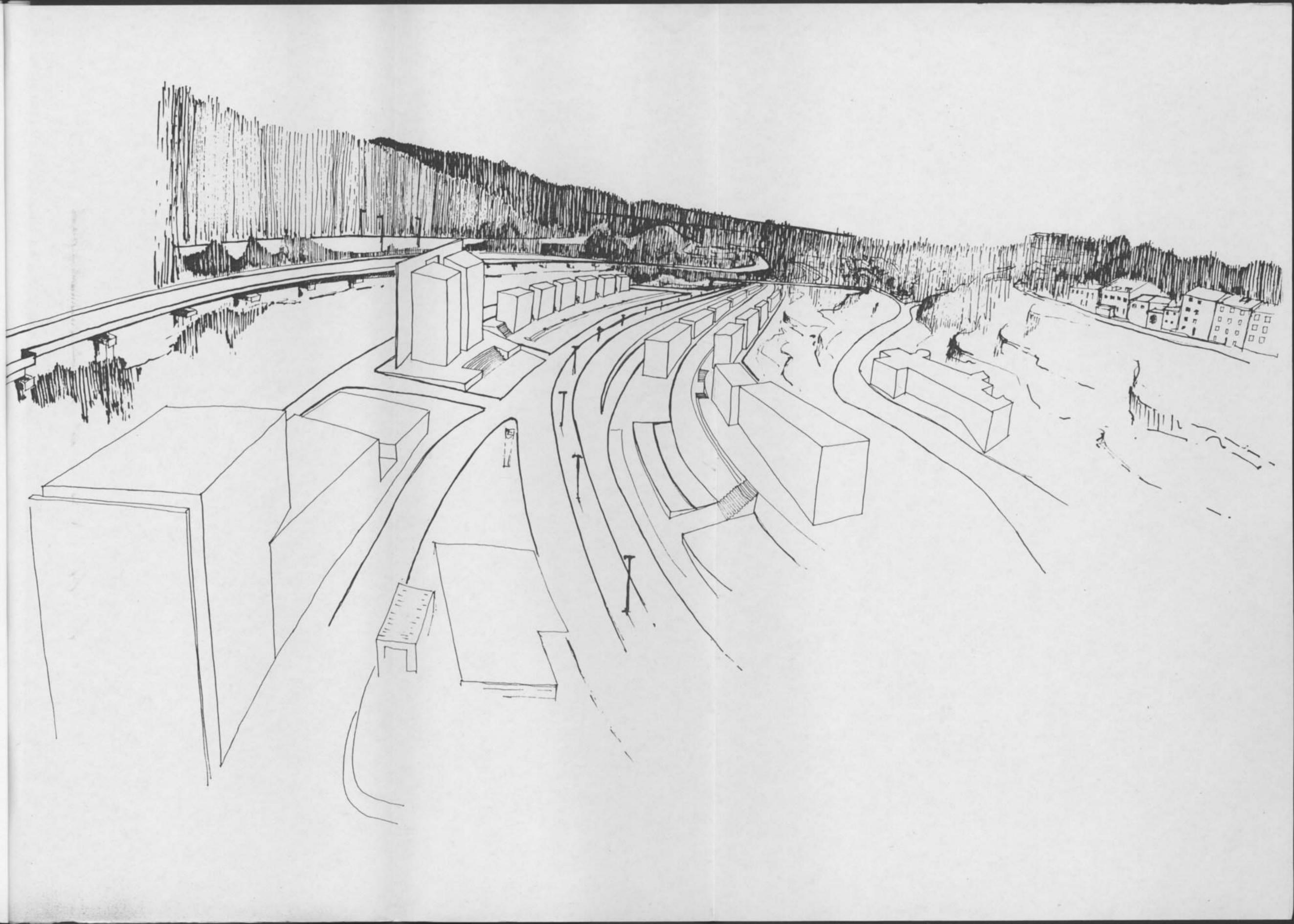
Salienta-se que as ocupações que se propõem não exigem grandes movimentos de terras, ou alterações significativas da modelação do terreno, e que as cotas de soleira estão elevadas por forma a não haver interferências com eventual leito de cheia da antiga ribeira de Alcântara, mesmo que se venham a praticar caves para estacionamentos.



7.4. Perspectiva esquemática representativa da proposta de ocupação do vale de Alcântara e das suas encostas.







8. UM PROCESSO MOROSO E ACIDENTADO

Fiz neste capítulo um apanhado das notícias que ao longo de três anos melhor relatam e informam a opinião pública acerca de toda a instabilidade e falta de coerência que tem pautado todo o processo de Recuperação do bairro do Casal Ventoso e que irremediavelmente se traduz no estado que aquele bairro ainda está!

26/03/95 in "Público"

(...) a Operação Integrada de Reconversão do Casal Ventoso que aguarda o apoio da união europeia, no âmbito do programa URBAN, poderá avançar já este ano com algumas acções (...)

- (...) o plano, já aprovado pelo governo português e que é candidato aos fundos comunitários do programa URBAN, é apresentado Terça-Feira, por Jorge Sampaio, aos representantes dos moradores e técnicos da área social e urbanismo, que o vão discutir ao longo do dia (...)
- (...) O programa deve ser assumido por uma partilha de responsabilidades entre a Câmara de Lisboa e a Administração Central; sublinha Eduardo Graça (coordenador do grupo de trabalho criado por Jorge Sampaio.(...)
- (...) As medidas a desenvolver para a reconversão daquele bairro vão passar pela protecção aos idosos, formação profissional dos jovens, criação de equipamentos escolares, saúde e desporto, reinserção social dos marginalizados e excluídos.

O projecto aposta, igualmente, na criação de postos de trabalho, recuperação de edifícios (65% das habitações do bairro encontram-se bastante degradadas), construção de novos bairros, melhoria da rede viária com abertura de novas artérias, além de outras intervenções.(...)

(...) "há gente que pensa que isto é só mais um projecto. Uma das condições para o sucesso do plano é mesmo superar essa ideia e assim levar as pessoas a acreditarem e a participar".(...) 11/08/95

in "Jornal de Notícias"

(...) Para assegurar e garantir a realização do programa, a assembleia municipal aprovou já os termos que regem os estatutos daquele que será o Instituto para a Reconversão do Casal Ventoso.

Este orgão, detentor de autonomia financeira e administritiva, tem por objectivo assegurar e garantir a realização da Operação Integrada de Reconversão do Casal Ventoso, mediante a promoção de todas as intervenções que se julguem necessárias à sua concretização (...)

03/07/96 in "Público"

(...) Lurdes Alvarez esteve seis meses à frente do Instituto, montou a operação e deixou um plano que já foi submetido à apreciação da Direcção Geral e Desenvolvimento Regional e está pronto a executar, explica Tomás Vasques, chefe do gabinete do presidente da C.L., João Soares.(...)

11/07/96

in "Jornal de Notícias"

- (...) Lurdes Alvarez, presidente do Instituto de Reabilitação do Casal Ventoso, apresentou o seu pedido de demissão à C.M.L.. Cipriano Oliveira, que fazia já parte do elenco, passa assumir as funções.(...)
- (...) Lurdes Alvarez, que havia sucedido a Eduardo Graça, foi indigitada em Novembro do ano passado.

De acordo com informações provenientes da autarquia, a saída da técnica daquele cargo prende-se com o facto de existir a necessidade de ser ela a ficar à frente de projectos importantes da cidade, nomeadamente na Baixa Pombalina (...)

01/02/97

in "Expresso:"

(...) os realojamentos de centenas de moradores do C.V., na Rua da Fábrica da Pólvora, junto à Av.de Ceuta, uma operação recentemente anunciada palo presidente da C.L. está a irritar a Junta de Freguesia de Alcântara.

Em causa está a alteração dos planos urbanísticos para o local, por um lado, e por outro, o facto da Junta de Freguesia de Alcântara ter sabido pelos jornais.

Para o presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, todo o enquadramento urbanístico e paisagístico previsto para o Valde de Alcântara e discutido com os autarcas corre agora o risco de se perder, já que não estão a ser seguidos os planos gizados para o local. Segundo José Godinho as «acções avulsas» em curso podem levar à descaracterização. «Alcântara não pode ser Chelas nem o Casal Ventoso nº 2».

- (...) a opção pelos terrenos da Rua da Fábrica da Pólvora para onde estavam previstos edifícios de comércio e habitação não social é uma decisão casuística, que se prende com atrasos que se registaram no processo de reconversão do C.V.. Agora é fazer tudo à pressa.(...)
- (...) se o PCP votar contra, eu darei o meu aval para que não se trave mais a solução do que eu considero ser a chaga social de Lisboa. Não vou votar contra por uma birra antiética, que defenda a política do quanto pior, melhor, diz o vereador do PSD, Macário Correia.(...)

18/04/97 in "O dia"

(...) o Plano de Reconversão está parado ; «ainda não puseram um tijolo e já veio muito dinheiro lá de fora. O poder político é responsabilizado pela marginalização do Casal. « se isto existe, deve-se aos políticos.» - queixas do presidente da associação de moradores.

(...) Ferreira do Amaral lembra: há dinheiro e um plano já feito.(...)

24/04/98

in "Diário de Notícias"

(...) Se até ao fim deste ano não estiverem lançados os concursos das obras de prolongamento da Rua Costa Pimenta, um centro de dia da terceira idade, um ATL e um complexo desportivo, entre outros projectos integrados na Operação de Reconversão Urbanística do Casal Ventoso, co-financiados pelo programa comunitário URBAN, em 1999, dificilmente se concluirão as empreitadas no período de vigência do URBAN.

Segundo Francisco Brandão, vogal do conselho administrativo do Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso e responsável pela área de Urbanismo, o conjunto de instrumentos de planeamento e gestão urbanística relativos ao vale de Alcântara e à área do Casasl Ventoso, nele incluída, está pronto e aguarda aprovação da tutela- o presidente da Câmara de Lisboa.(...)

(...) O plano da Hidrotécnica (do vale de Alcântara e respectivos planos de pormenor), a quem foi adjudicada, por proposta de João Soares, a sua elaboração, em 1991, está pronto e foi sendo ajustado por nós em função dos compromissos entretanto assumidos pela Câmara de Lisboa.

A principal alteração às indicações iniciais da autarquia foi a realização da urbanização da Quinta do Cabrinha, que não estava contemplada na Operação Integrada do Casal Ventoso, e para onde estavam previstos outros usos. «Por forma a adaptar a Quinta do Cabrinha aos objectivos da operação, propusemos algumas alterações: a transformação dos pisos térreos em equipamentos, comércio e serviços, bem como a construção de mais equipamentos a norte do edifício da TSF, a poente da Avenida de Ceuta, para assim esbater e combater a imagem de guetto que o Casal Ventoso tem , através da sua integração na cidade, trazendo-a também para o vale de Alcântara.»(...)

28/04/98 in "A CAPITAL"

(...) Por seu turno, João Sòares, que chamou a sí a gestão directa do dossier Casal Ventoso, já fez saber que não reconhece autoridade política ao GRCV sobre planos e que estes, afinal estão a ser elaborados pelos serviços da Câmara.(...)

parecria l'abilità animitradità numa valuga com e migritare de levez della intervenzio interit.

9. CRÍTICA A TODO UM PROCESSO DE RECONVERSÃO

Ao tentar formular uma opinião crítica acerca de todo este processo senti necessidade de me referenciar melhor sobre intervenções similares na nossa cidade. A operação no Casal Ventoso é suportada, como demonstrei, ao longo do relatório, por vários estudos que delinearam as directrizes de um processo que se queria rápido, eficaz e com preocupações de integração urbanística, ou seja, de costrução da cidade.

Não há dúvida que houve neste processo, e decerto continua a haver, um grande investimento por parte daqueles que investigam e elaboram estudos que eventualmente tornariam possível uma intervenção adequada a um espaço que se comporta como uma das "entradas" da cidade.

Não é preciso remontar a 1992, para se revelarem estudos feitos; basta olhar para os trabalhos descritos neste relatório elaborados no período de Novembro de 97 a Abril de 98 para se constatar que na realidade tem havido investimento de diversas entidades ou personalidades encaixadas numa equipa com o objectivo de levar esta intervenção adiante.

Levanta-se então uma questão: estando os objectivos delineados e o trabalho feito, porque é que continua ainda hoje no secretismo, fora do domínio público a definição da estratégia?

Não sendo meu objectivo avaliar o conteúdo dos estudos, nem tão pouco opinar acerca das suas conclusões, tenho, contudo, uma opinião formada acerca de todo o "evoluir" deste processo: os objectivos prendiam-se com refazer trabalho já feito, corrigir a falta de método num desenho de conjunto ou na falta dele. Todo este procedimento repercute-se num sub-aproveitamento de uma equipa e de um conjunto de trabalhos elaborados anteriormente, nomeadamente o Plano Verde e dos estudos Valis, e que poderiam ter constituído um contributo importante e decisivo para a qualidade final de toda esta intervenção.

Houve já outras áreas de Lisboa que protagonizaram intervenções deste calibre como é o caso de Alvalade, Olivais e Chelas e que à distância de hoje podem-se tirar grandes ensinamentos e conclusões.

Alvaldade, por exemplo, foi concebido como um território autónomo de tecido urbano que se pretendeu integrar no conjunto da cidade, possuidor do seu próprio equipamento e ainda hoje, é um bairro desafogado com espaços de vivência exteriores.

Outros exemplos, Olivais e Chelas: grandes extensões de terreno em que os urbanistas introduziram conceitos progressistas revelados no privilégio dado à dimensão e tratamento dos espaços comunitários e à adopção de programas de equipamento que garantissem a existência de todas as funções urbanas, especialmente aquelas que se relacionavam com o ensino e o recreio.

Melhor ou pior, houve na base destas intervenções uma atitude de desenho para definir e dimensionar um espaço, uma interpretação dos programas e uma tentativa de fazer uma parcela de cidade.

Outra referência é a Carta de Atenas, em que foram analisadas várias cidades, embora noutro contexto, há muitas intenções que no meu entender, são cada vez mais actuais:

"(...)

- 11. O crescimento da cidade devora as superfiices verdes limítrofes para as quais davam as cinturas sucessivas. O afastamento dos elementos naturais contribui para a desordem urbana e para a falta de higiene. Por condições de "natureza" entende-se a presença pelo menos suficiente, dos elementos sol, espaço e zonas verdes.
- 12. (...) O ESPAÇO deverá ser largamente distribuído e projectado. Não esqueçamos que a estreiteza do espaço é de ordem psicológica, e que a estreiteza das ruas, o estrangulamento dos saguões criam uma atmosfera tão perniciosa para o corpo como deprimente para o espírito (...) o SOL, que comanda todo o crescimento, deverá penetrar no interior de cada alojamento.
- 16. (...) As construções erigidas ao longo das vias de comunicação e na proximidade de cruzamentos são prejudiciais à habitação.
- 17. O alinhamento tradicional das habitações à beira das ruas não assegura a insolação, senão a uma parte mínima das dependências.
- 23. É preciso exigir que os bairros de habitação ocupem no espaço urbano as melhores localizações, tirando partido da topografia, levando em conta o clima e dispondo de superfícies verdes adequadas.
- 73. A violência dos interesses privados provoca uma desastrosa ruptura de equilíbrio entre o impulso das forças económicas de um lado, e a fraqueza do controlo administrativo do outro e a importante solidariedade social do outro
- 91. A marcha dos acontecimentos será fundamentalmente influenciada pelos factores políticos, sociais e económicos.

(...)

São modelos já experimentados dos quais podemos retirar ensinamentos básicos.

Hoje em dia gozamos de uma situação privilegiada, visto que já foram testados muitos critérios urbanísticos e cada vez mais depressa se podem tirar conclusões destas intervenções. O grave é constatar que ainda há quem não tenha em consideração as experiências anteriores.

Há um livro que li e reli e chegando à conclusão que é brutalmente actual; brutalmente, porque é um livro de 1970 e passados quase 30 anos não há muito mais a acrescentar. Falo de "Lisboa, uma cidade em tranformação" de Francisco Keil Amaral; olhando para a Intervenção no Casal Ventoso vê-se que mais uma vez se estão a cometer os mesmos erros.

Na realidade, não basta ter 2.5m de passeio a ladear uma rua de 6m com umas árvores salpicadas a eixo para termos cidade. Esta intervenção é um negócio de bairros em cimento, tijolo, reboco e tintas de cores sortidas a quem ninguém se consegue afeiçoar. Não sou eu que o digo – é a história do crescimento urbano e Keil Amaral.

É indispensável prever a tempo e com clarividência os poblemas da cidade e proceder em sequência com critério e método, com utilização correcta dos recursos técnicos e plásticos, dos conceitos do urbanismo e da arquitectura.

Há que compreender definitivamente a importância desta intervenção, e a premência de se construír Cidade. Isto faz-se com uma vontade política e com agentes dispostos a investir neste projecto. Verifiquemos o que aconteceu no espaço do recinto da EXPO 98 e sua envolvente (350 ha). Nasceu uma ideia, fez-se um plano e em dois anos os portugueses ouviram falar e fruíram um espaço que está lá para os mais cépticos confirmarem.

Incompreensível como é que desde 1992, quando se obtiveram fundos e definiram os programas, até hoje, ainda não se resolveu o problema social e económico do Casal Ventoso.

O tempo não perdoa. Em urbanismo não há regressão imediata e os erros pagam-se caro. Os gestores da cidade devem ter a consciência de que é importantíssimo empenho para construir a cidade do futuro; caso contrário, por muito trabalho que esteja feito, continuaremos a viver numa "Lisboa mesquinha".(2)

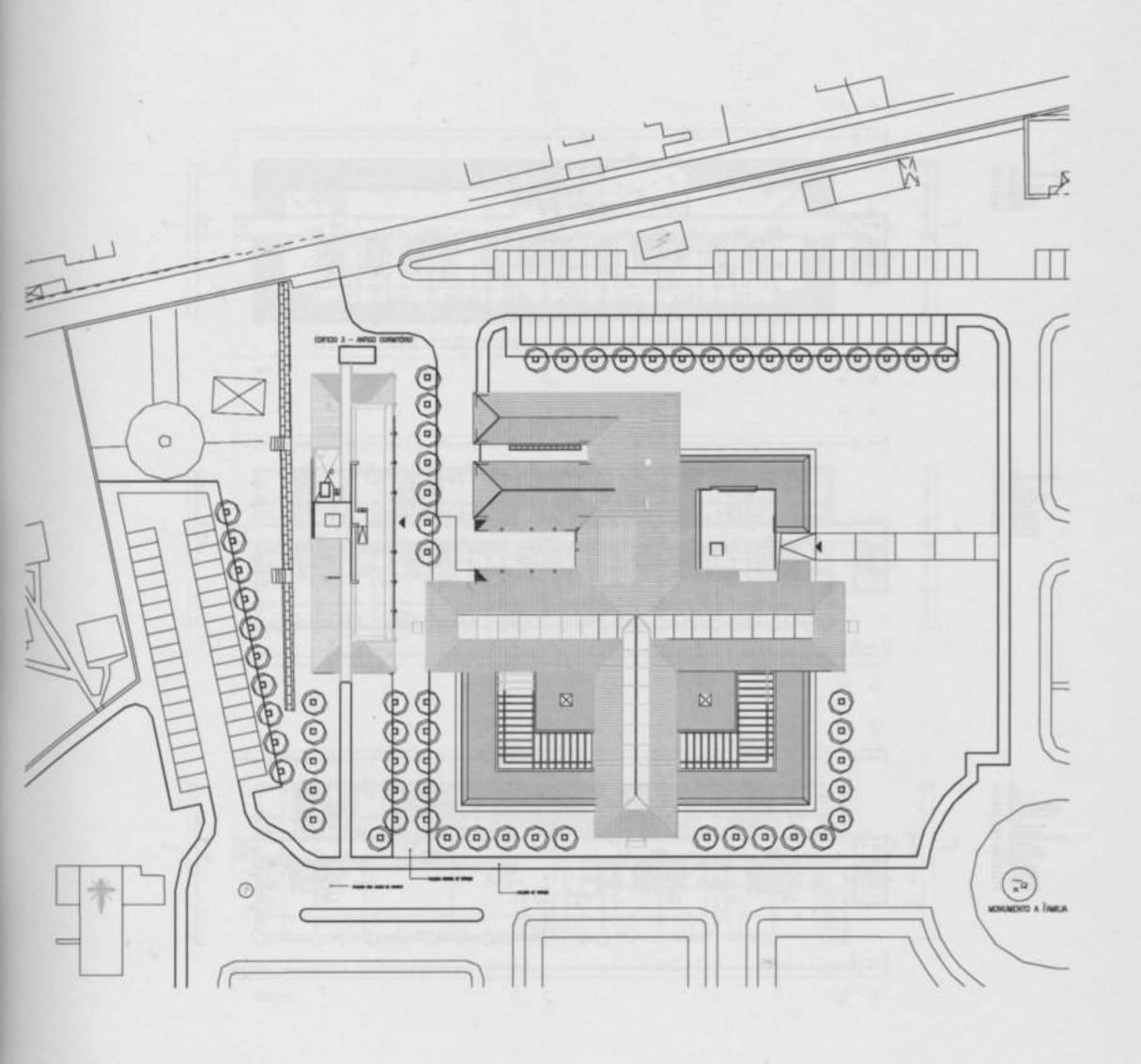
TRABALHOS REALIZADOS EM ATELIER

10.1. A primeira participação no atelier foi em colaboração com o Arquitecto Paulo Manta no projecto de execução do dormitório, no Centro de Férias do Inatel, na Costa da Caparica. "O lugar ao Sol" é um espaço que funciona como recinto turísitico, que pelas suas infra-estrutras, edifícios existentes, espaço disponível com aptidão para construção e memória histórica, tem condições de ser objecto de uma requalificação funcional e espacial, que lhe confira a exigida qualidade de utilização.

Foi um trabalho realizado num prazo relativamente curto e que pôs à prova a toda a coordenação de uma equipa que se revelou eficaz. Foi o primeiro contacto com uma fase do projecto que até então tinha sido pouco aprofundada no decorrer do curso, e onde houve espaço para resolver questões de ordem técnica (pormenorização) junto de uma equipa sempre pronta a esclarecer qualquer tipo de dúvida.

Este trabalho revelou-se também importante porque constatei a interdisciplinariedade que um projecto de arquitectura acarreta; refiro-me a toda a coordenação por parte do arquitecto com todas as especialidades inerentes a esta fase de projecto. Foi importante confirmar que o papel do arquitecto não se esgota na criação de uma ideia mas cabe a ele gerir todas as fases do projecto bem como dialogar com os elementos da equipa, no sentido de não se perder por adversidades técnicas a ideia que esteve na base do projecto e que importa preservar.

Junto em anexo alguns desenhos que permitem ficar com uma ideia do projecto em questão.





PROJECTO GERAL
PROJECTO DE EXECUÇÃO

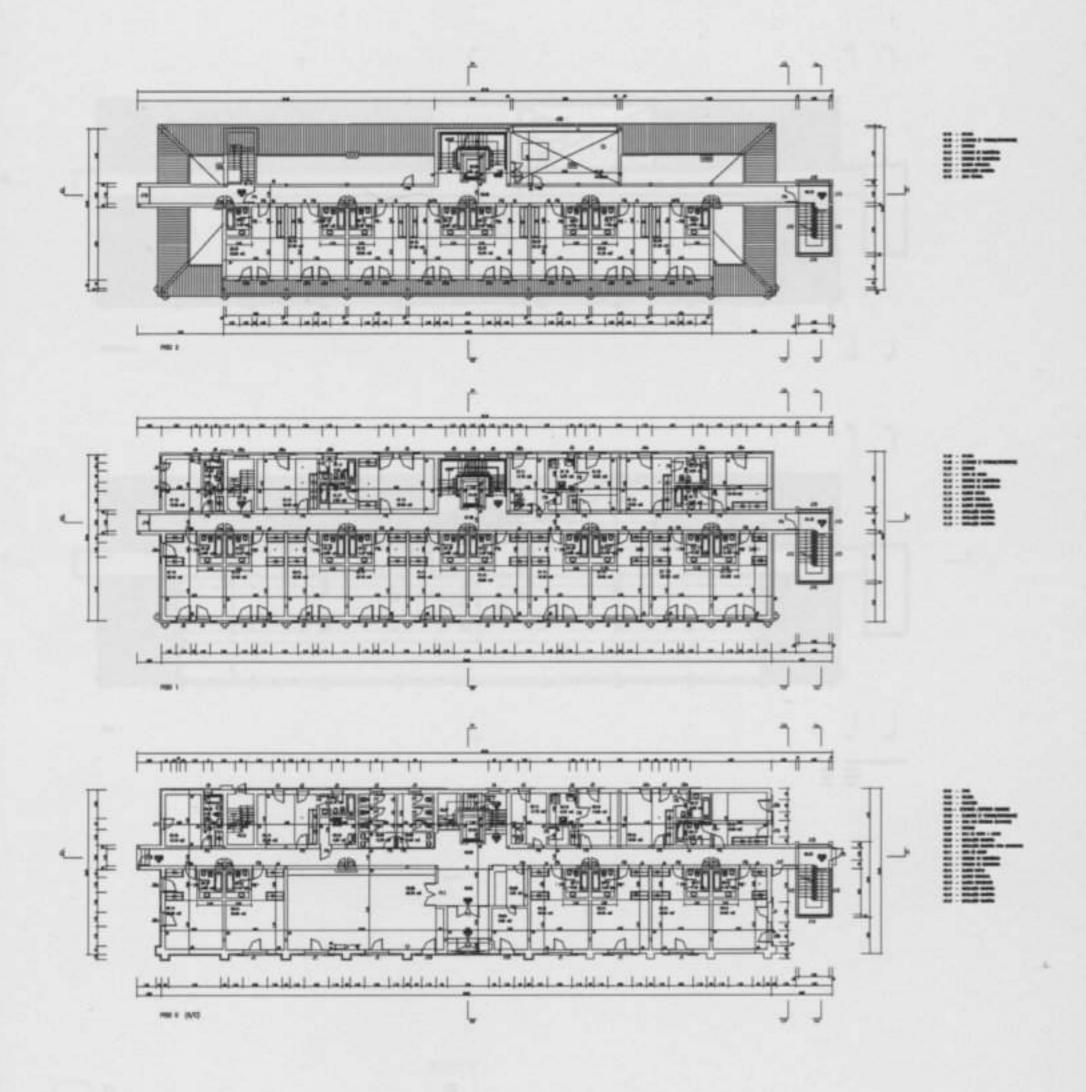
PLANTA IMPLANTAÇÃO

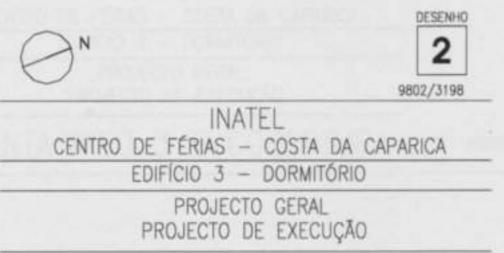
VASCO MASSAPINA MANUEL AYRES PAULO MANTA DAVID ANTUNES PATRÍCIA G. COSTA ANQUITECTOS



ATELER CIDADE ABERTA

ARQUITECTURA = PLANEAMENTO = ARTES PLASTICAS LDA.





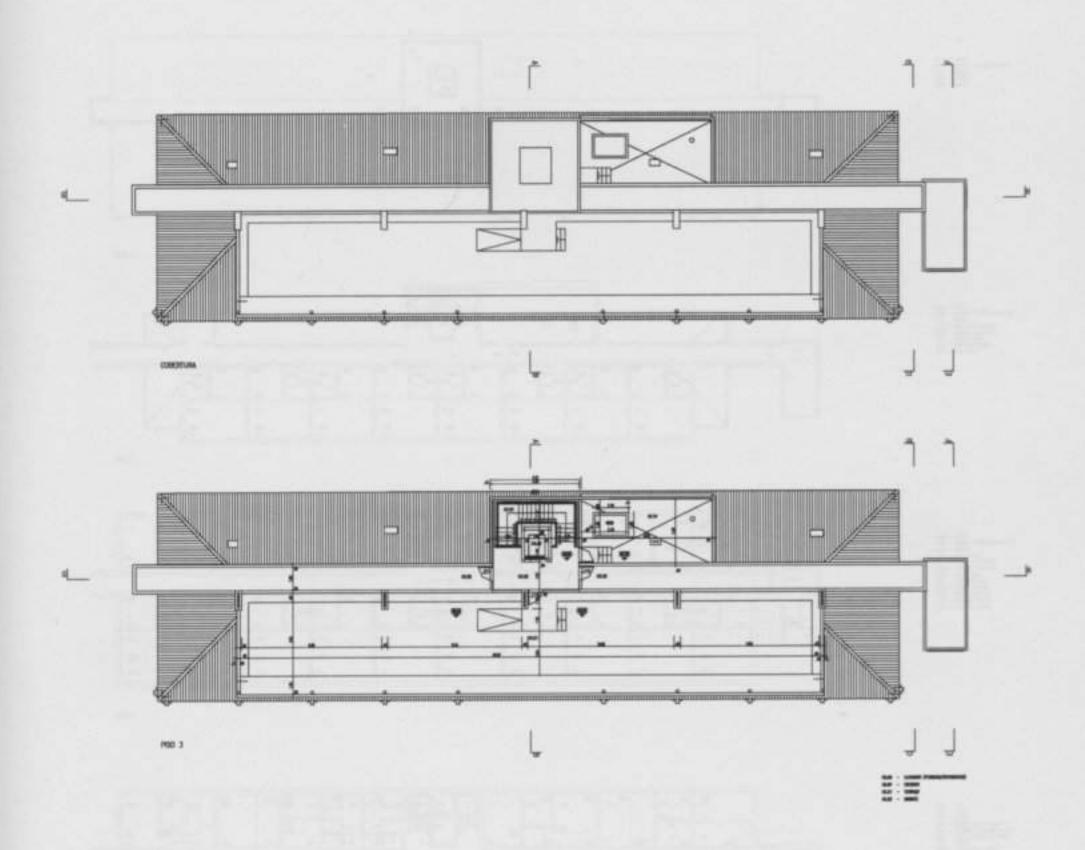
PLANTA IMPLANTAÇÃO

VASCO MASSAPINA MANUEL AYRES PAULO MANTA DAVID ANTUNES PATRÍCIA G. COSTA ARQUITECTOS



ATELER CIDADE ABERTA

ARQUITECTURA • PLANEAMENTO • ARTES PLASTICAS LDA.





DESENHO

REF.9802/3198

INATEL

CENTRO DE FÉRIAS - COSTA DA CAPARICA EDIFÍCIO 3 - DORMITÓRIO

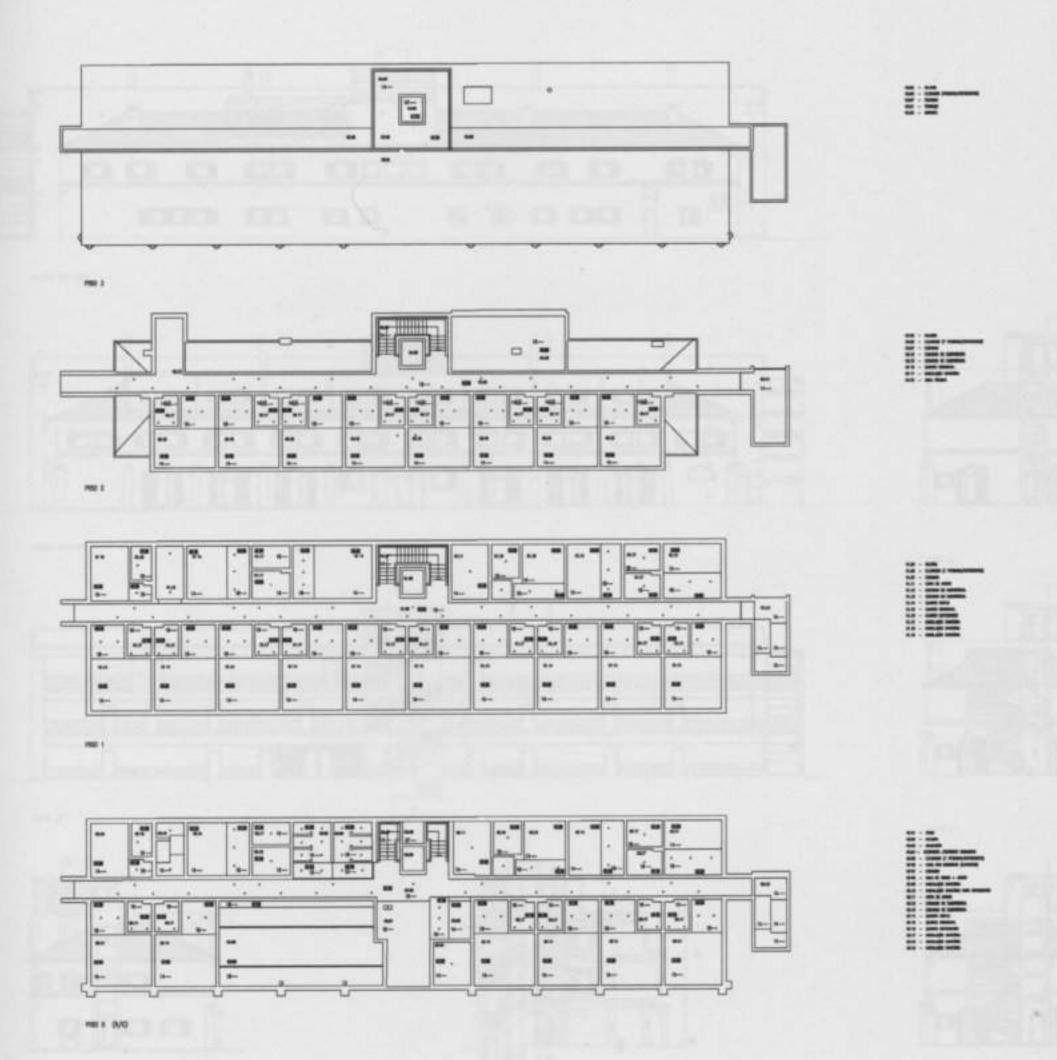
PROJECTO GERAL PROJECTO DE EXECUÇÃO

PLANTA PISO 3 E COBERTURA

VASCO MASSAPINA MANUEL AYRES PAULO MANTA DAVID ANTUNES PATRÍCIA G. COSTA ARQUITECTOS



ATELIER CIDADE ABERTA ARQUITECTURA · PLANEAMENTO · ARTES PLASTICAS LDA.



INATEL

CENTRO DE FÉRIAS - COSTA DA CAPARICA

EDIFÍCIO 3 - DORMITÓRIO

PROJECTO GERAL

PROJECTO DE EXECUÇÃO

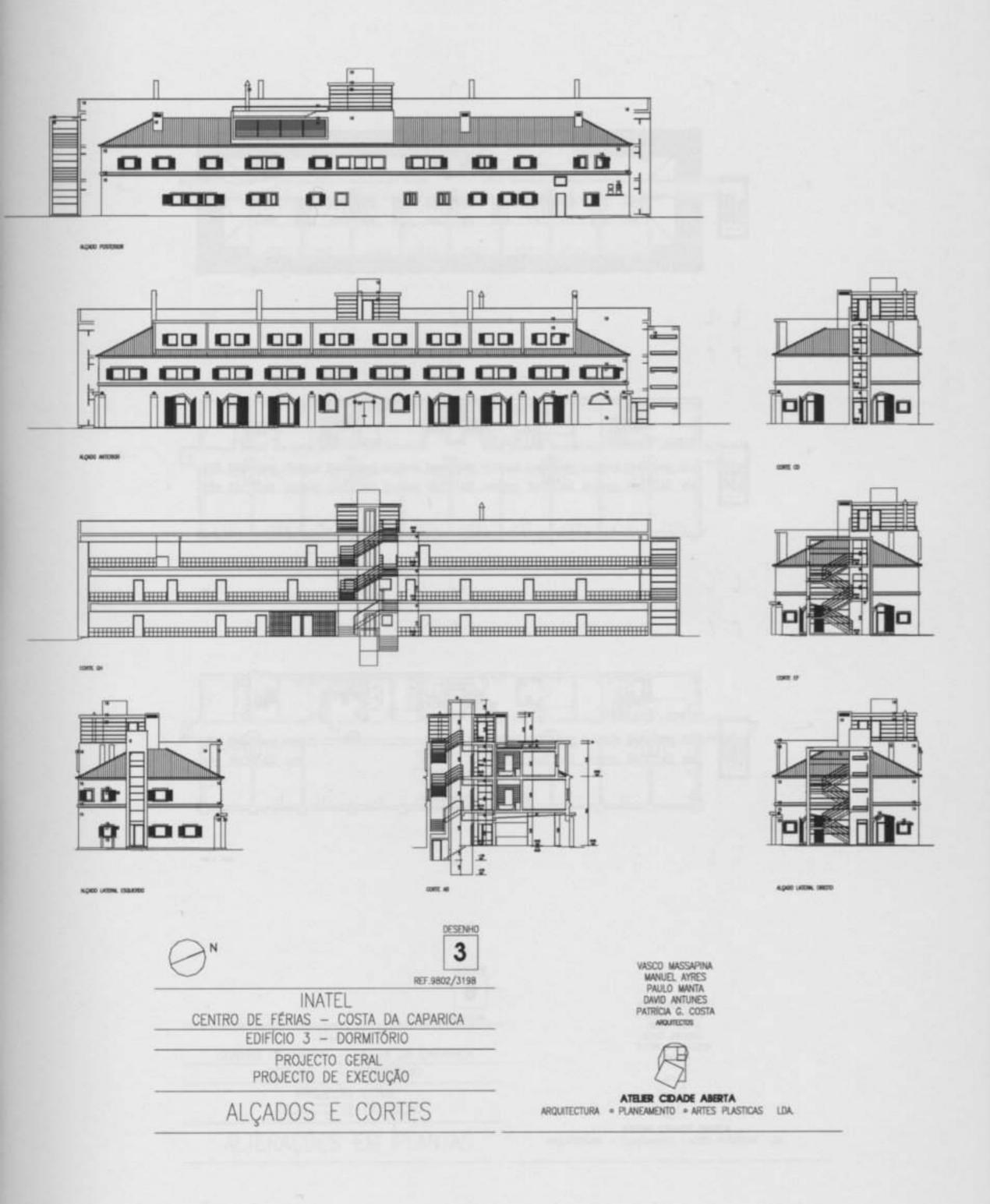
PLANTA TECTOS PISOS 0,1,2 E 3

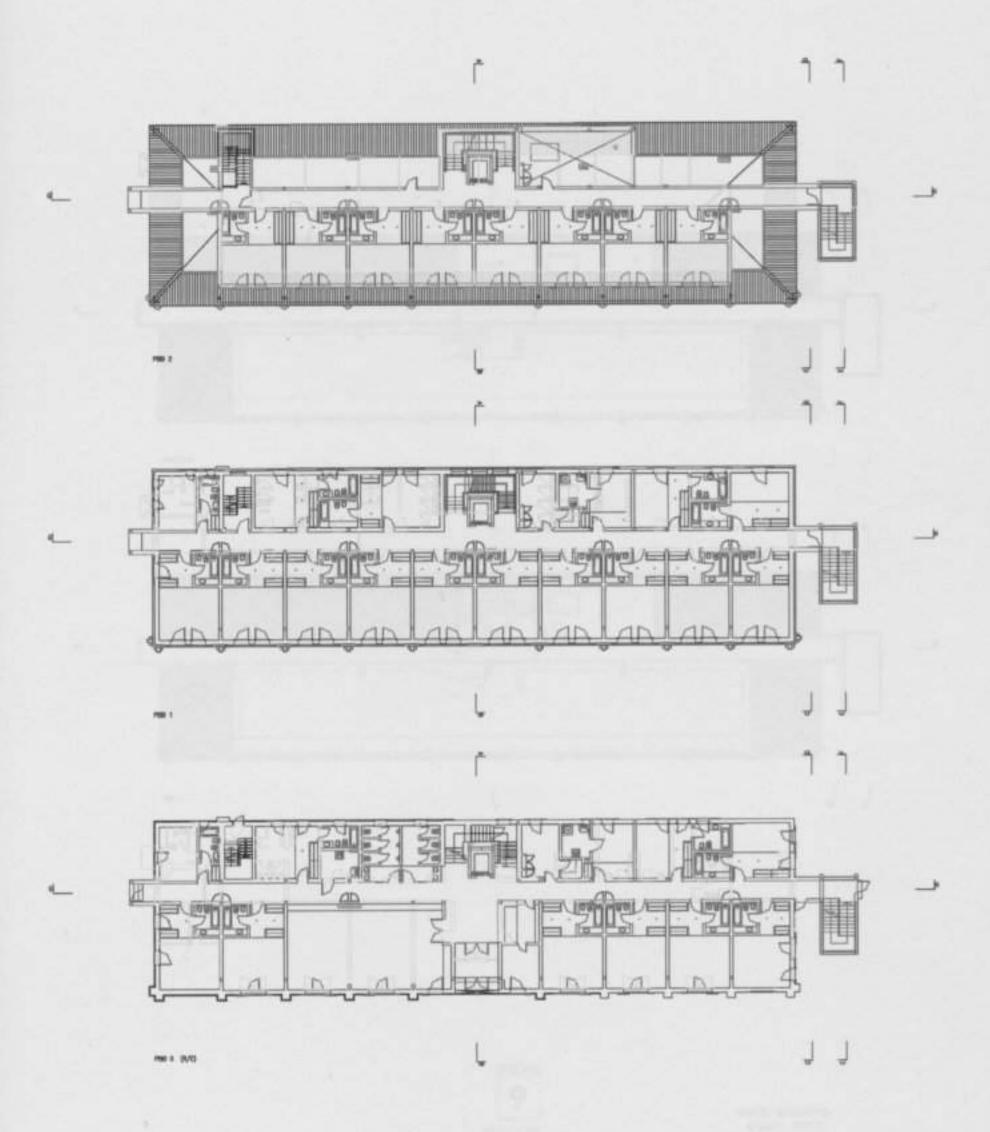
VASCO MASSAPINA MANUEL AYRES PAULO MANTA DAVID ANTUNES PATRICIA G. COSTA ANQUIECTOS



ATELER CIDADE ABERTA

ARQUITECTURA * PLANEAMENTO * ARTES PLASTICAS LDA.





DESENHO

REF.9802/3198

INATEL

CENTRO DE FÉRIAS - COSTA DA CAPARICA EDIFÍCIO 3 - DORMITÓRIO

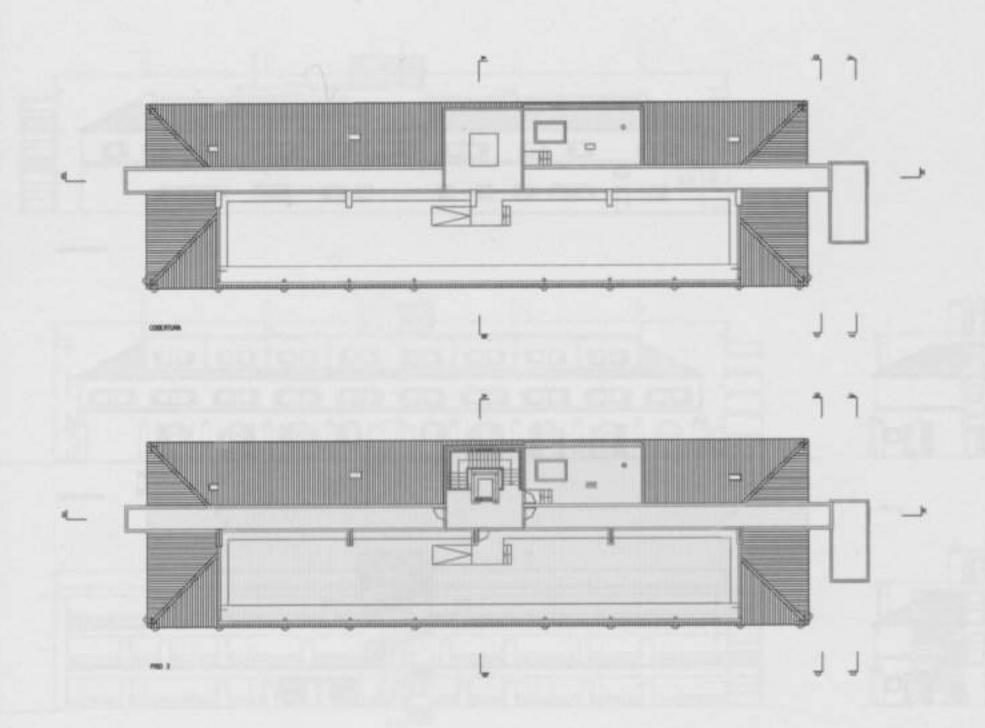
PROJECTO GERAL PROJECTO DE EXECUÇÃO

ALTERAÇÕES EM PLANTAS

VASCO MASSAPINA MANUEL AYRES PAULO MANTA DAVID ANTUNES PATRICIA G. COSTA ARQUEECTOS



ATELER CIDADE ABERTA ARQUITECTURA * PLANEAMENTO * ARTES PLASTICAS LDA.





INATEL

CENTRO DE FÉRIAS - COSTA DA CAPARICA EDIFÍCIO 3 - DORMITÓRIO

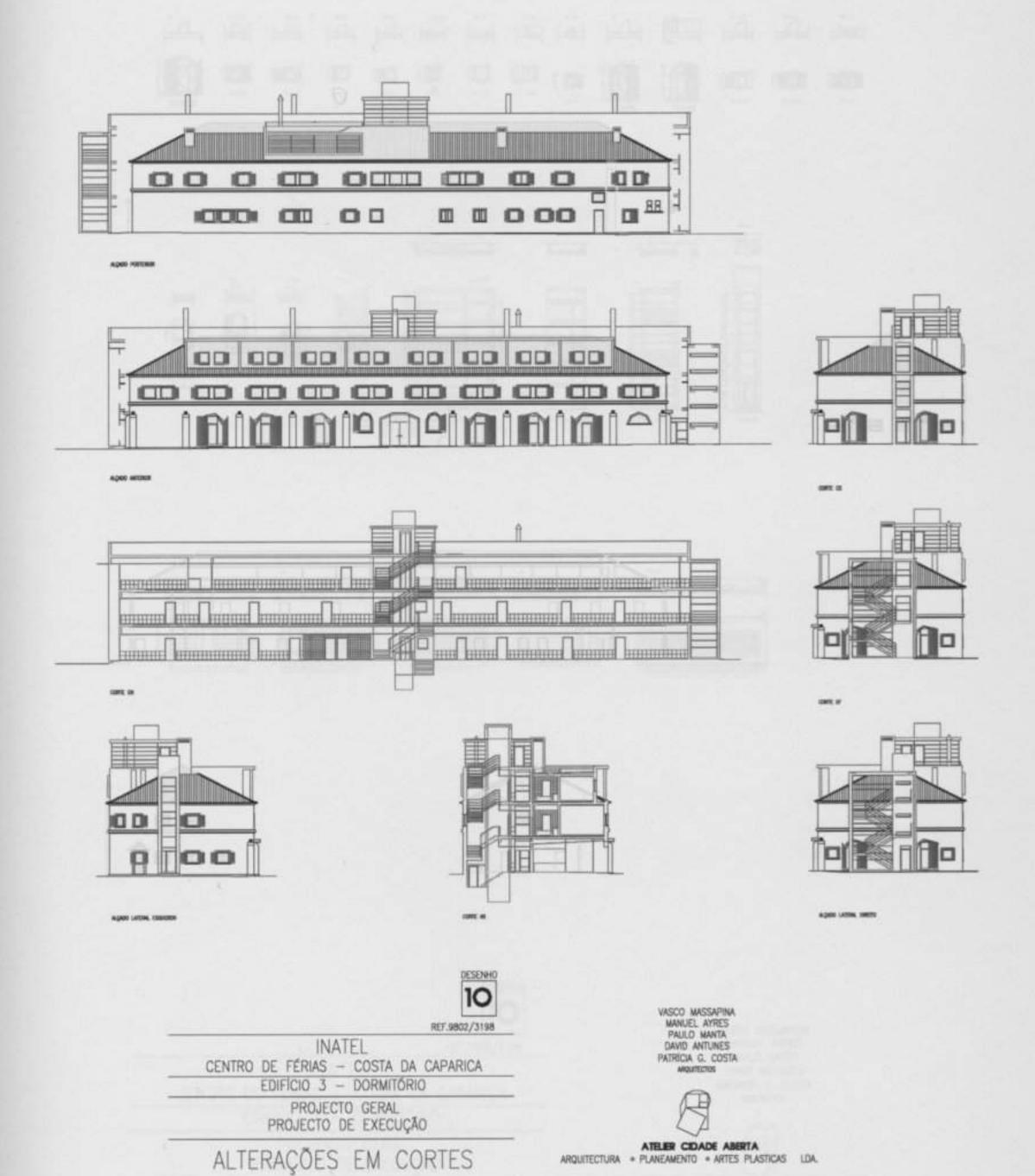
PROJECTO GERAL PROJECTO DE EXECUÇÃO

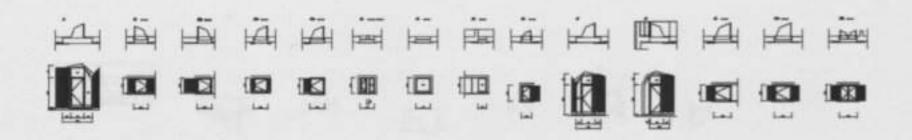
ALTERAÇÕES EM PLANTAS

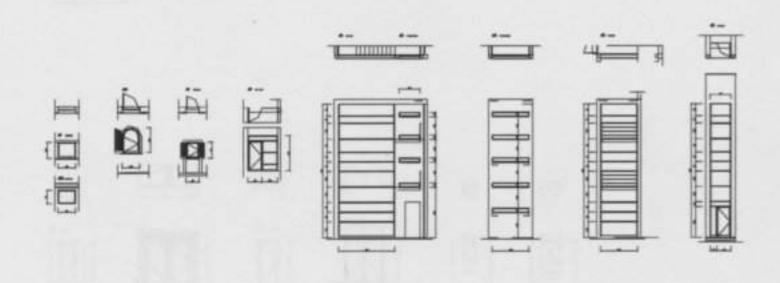
VASCO MASSAPINA MANUEL AYRES PAULO MANTA DAVID ANTUNES PATRÍCIA G. COSTA ANQUEETOS

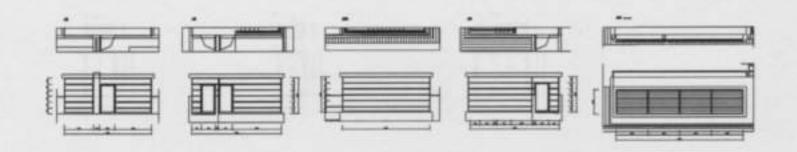


ATELER CIDADE ABERTA ARQUITECTURA > PLANEAMENTO > ARTES PLASTICAS LDA











REF.9802/3198

INATEL CENTRO DE FÉRIAS - COSTA DA CAPARICA EDIFÍCIO 3 - DORMITÓRIO

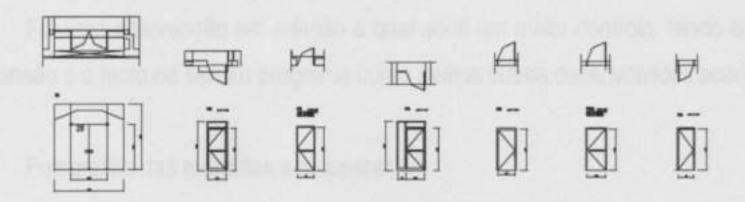
> PROJECTO GERAL PROJECTO DE EXECUÇÃO

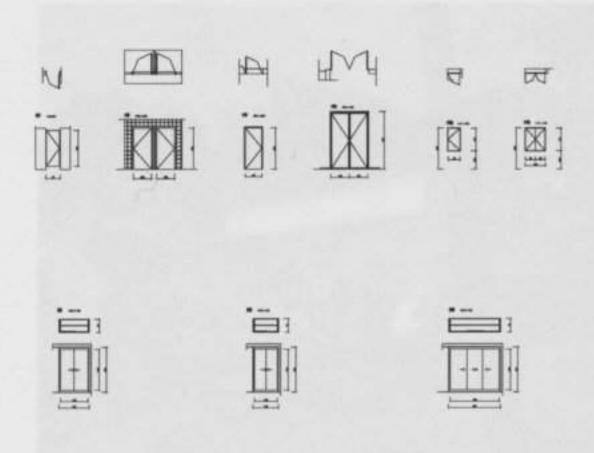
MAPA DE VÃOS - JANELAS

VASCO MASSAPINA MANUEL AYRES PAULO MANTA DAVID ANTUNES PATRICIA G. COSTA ARQUITECTOS



ATELIER CIDADE ABERTA ARQUITECTURA · PLANEAMENTO · ARTES PLASTICAS LDA.





DESENHO 12

REF.9802/3198

INATEL

CENTRO DE FÉRIAS — COSTA DA CAPARICA

EDIFÍCIO 3 — DORMITÓRIO

PROJECTO GERAL PROJECTO DE EXECUÇÃO

MAPA DE VÃOS - ROUPEIROS

VASCO MASSAPINA MANUEL AYRES PAULO MANTA DAVID ANTUNES PATRICIA G. COSTA ARQUITECTOS



ATELIER CIDADE ABERTA

ARQUITECTURA • PLANEAMENTO • ARTES PLASTICAS LDA.

10.2. Inserida no projecto de remodelação do Parque do Inatel na Costa da Caparica, desenvolví uma proposta de remodelação de quatro vivendas e ao projecto de ideia de outras cinco.

Foi uma intervenção em relação à qual senti um maior controlo, tendo em conta a sua dimensão e o facto de ser um programa como muitos outros desenvolvidos academicamente.

Fotografias das moradias a recuperar







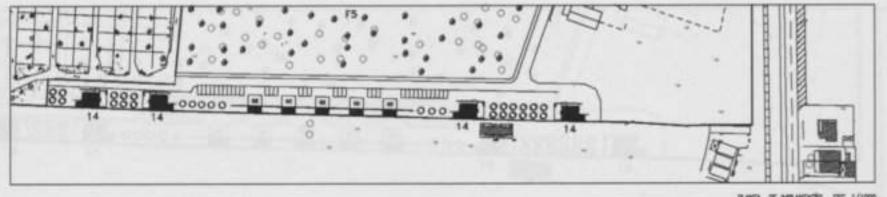




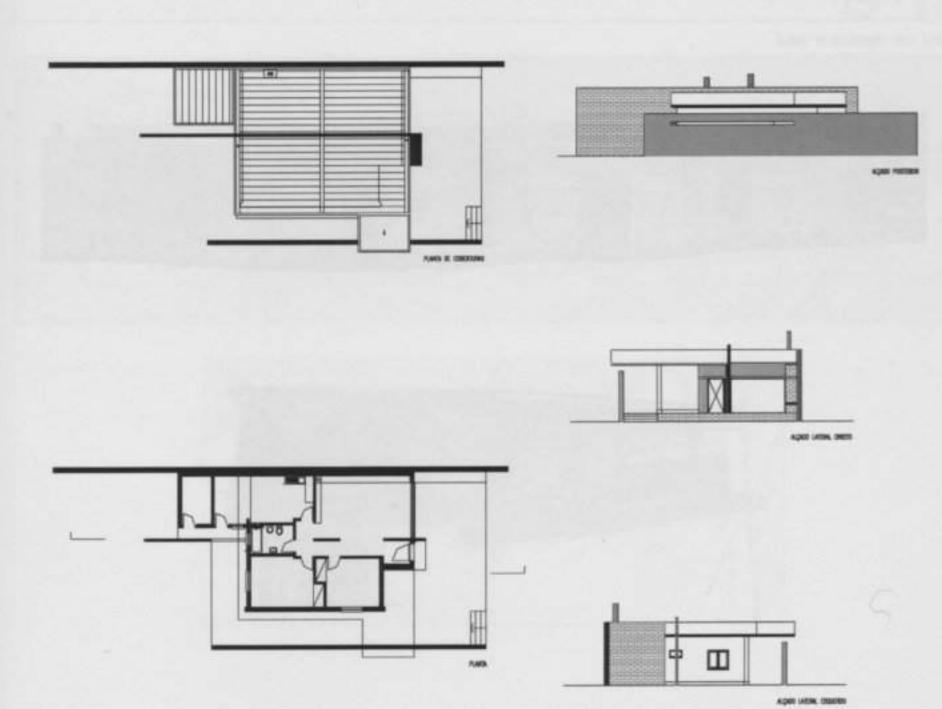




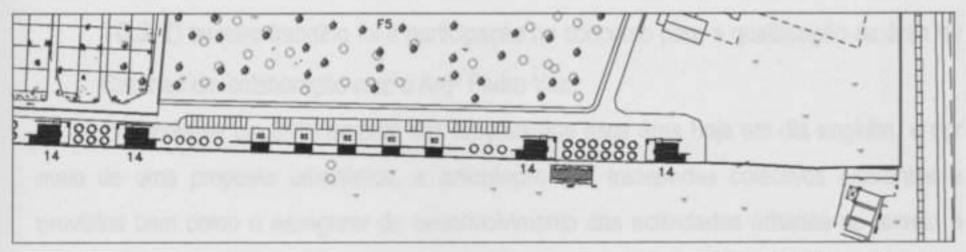




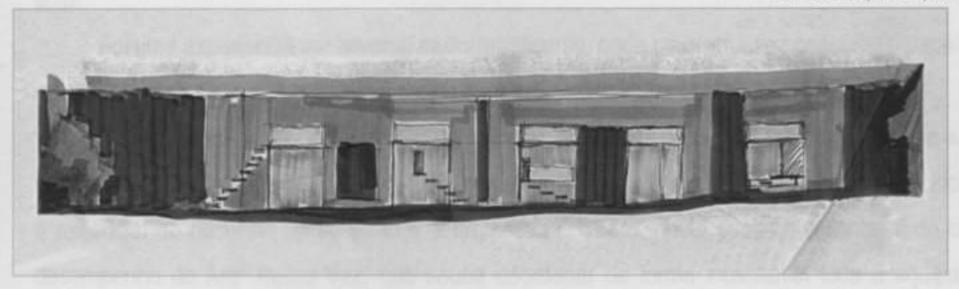
PLANTA DE MPLANTAÇÃO . (SIC. 1/1000)

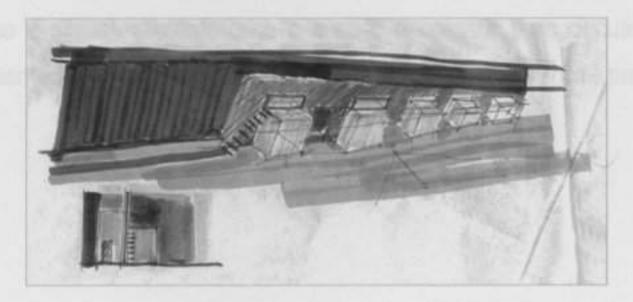






PLANTA DE IMPLANTAÇÃO . ESC. 1/1000







10.3. O terceiro trabalho foi a participação no concurso para a qualificação da área de Cacilhas em colaboração com o Arqº Pedro Vaz.

Pretendia-se um ordenamento das funções que essa área hoje em dia engloba, e por meio de uma proposta urbanística, a articulação dos transportes colectivos existentes e previstos bem como o assegurar do desenvolvimento das actividades urbanas de recreio e lazer.

Foi uma experiência profissional muito gratificante, onde mais uma vez constatei o papel insubstituível que o arquitecto desempenha num projecto desta envergadura.

A ideia inicial acerca da intenção de resolver este espaço com um gesto prevaleceu a todas as exigências técnicas, fruto de uma equipa apostada em dar o protagonismo merecido e essencial ao desenho de conjunto e à arquiectura. Quero, neste sentido, salientar todo o desempenho do Arqº Pedro Vaz, que soube coordenar de forma incansável toda a equipa neste processo e simultaneamente criou o espaço necessário para discutir opções, onde estiveram presentes grandes ensinamentos teóricos e troca de experiências profissionais.

11. BIBLIOGRAFIA

KEIL AMARAL, Francisco - "Lisboa, uma cidade em transformação",

Publicações Europa-América, Janeiro de 1970

LAMAS, José - "Morfologia Urbana e desenho da Cidade"

Textos universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de

Investigação Científica e Tecnológica.

SILVA GRAÇA, A. e outros - "Lisboa, Cidade Abril"

Editorial Caminho, SARL, Lisboa 1979

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LISBOA

PLANO DE PORMENOR DO CASAL VENTOSO / 1ª FASE - HP

PLANO DE PORMENOR DA AV.de CEUTA - HP

NORMAS PROVISÓRIAS PARA O CASAL VENTOSO - HP, 1995

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE CHELAS - C.M.L. Gabinete Técnico da Habitação, Agosto de 1965

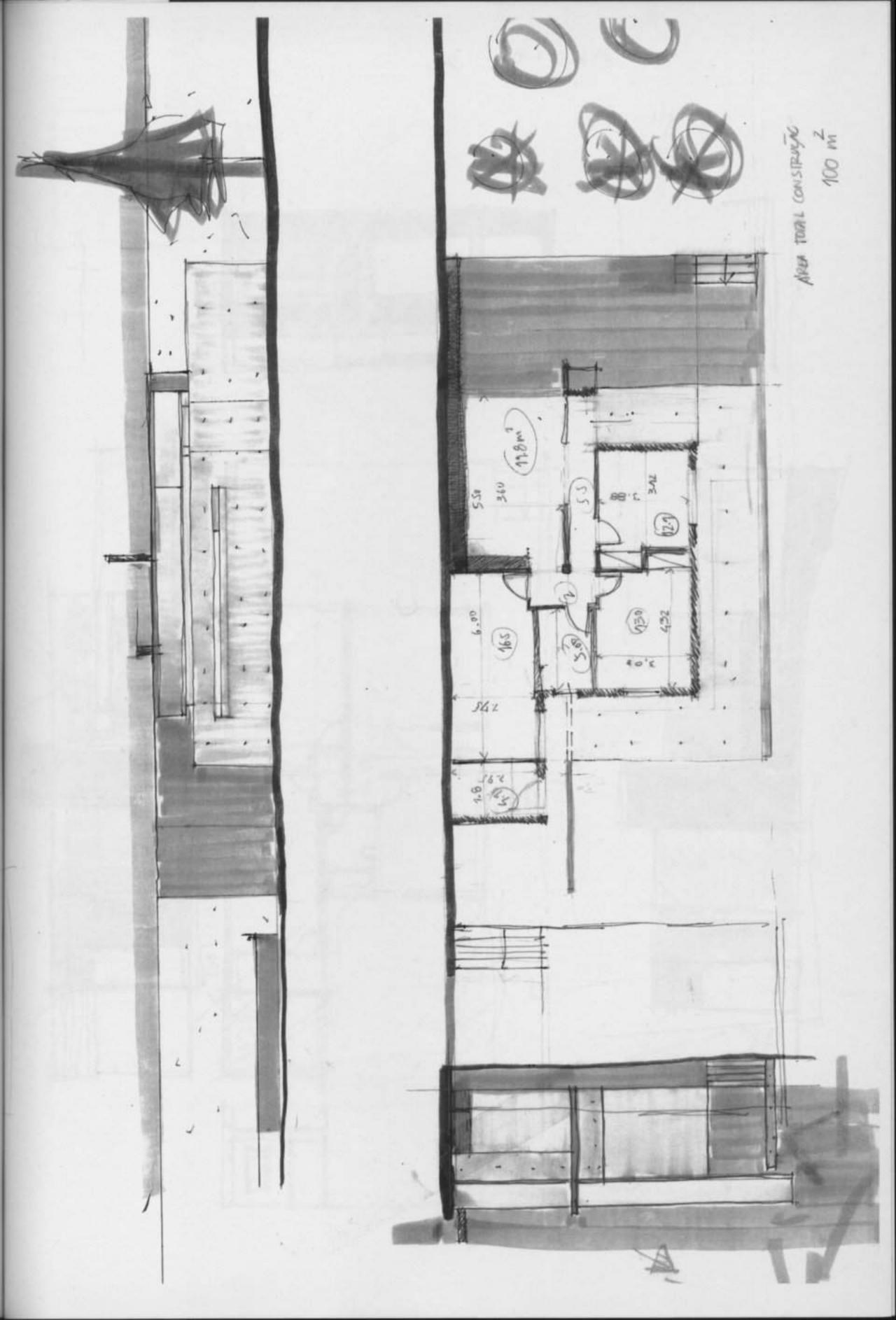
VALIS - Valorização de Lisboa, 1990/92

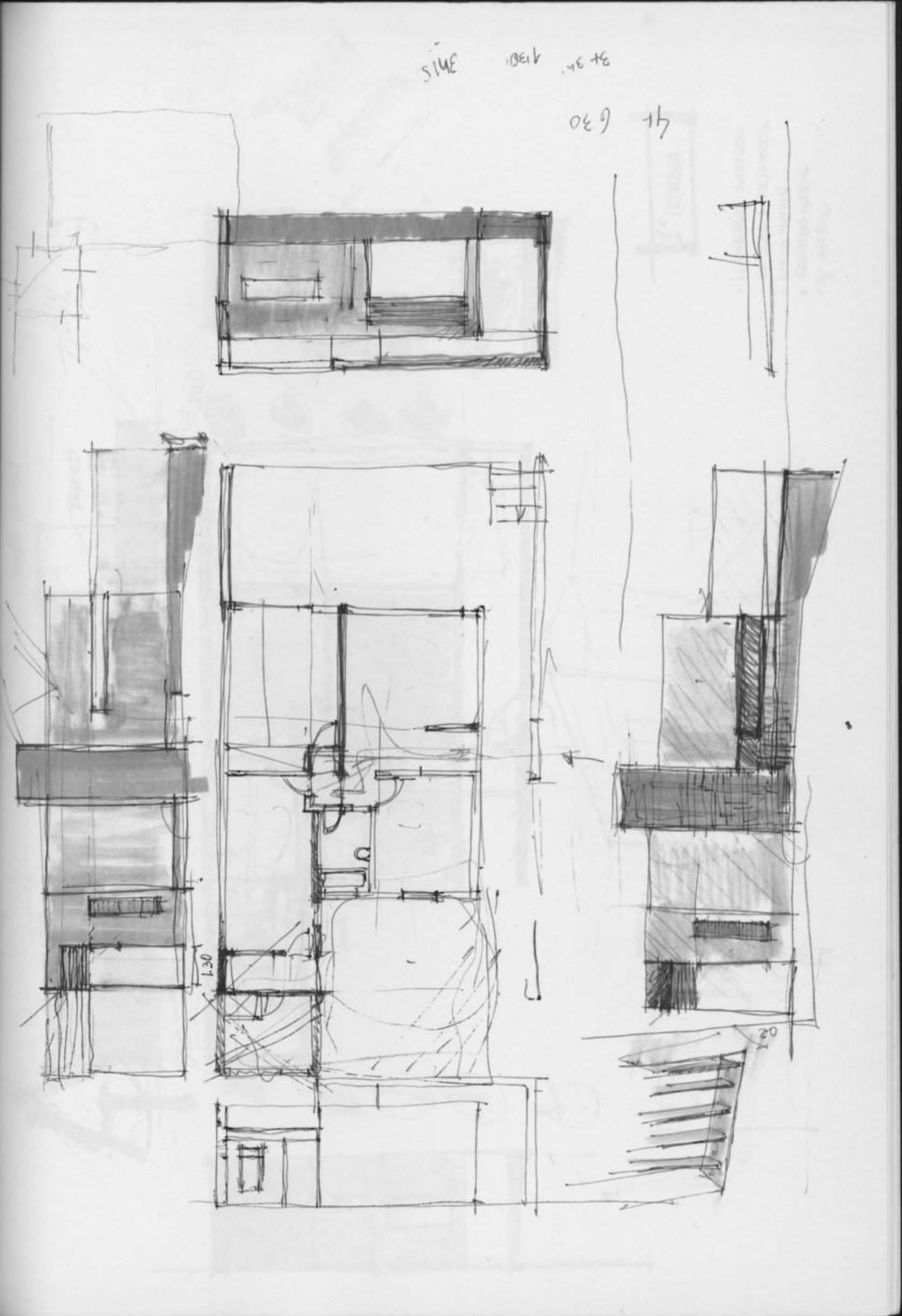
Textos de apoio à disciplina de Urbanismo I e II, dos 4º e 5º anos, da licenciatura de Arquitectura.

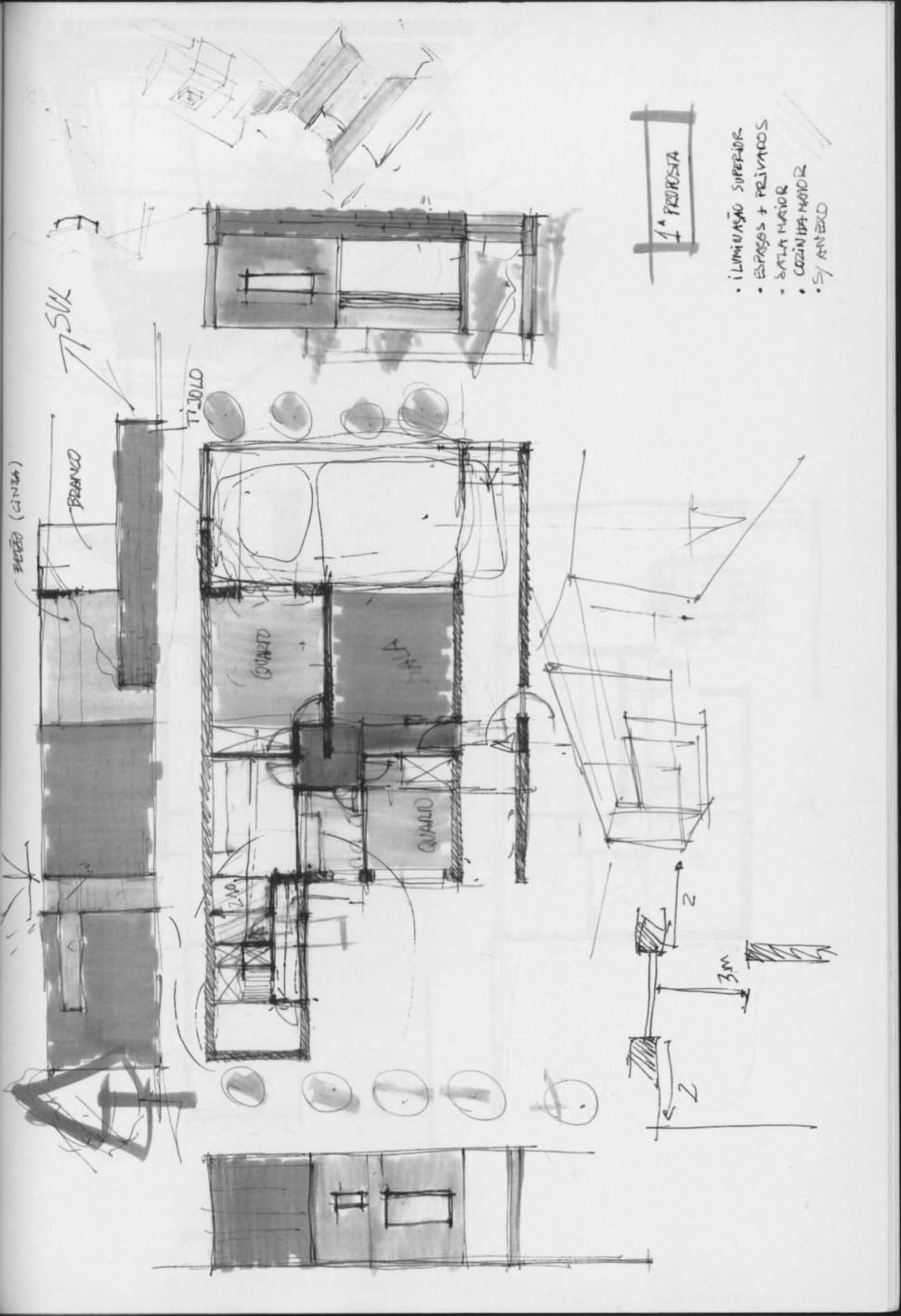
CARTA DE ATENAS, Revista "Arquitectura" nº1, de 1948.

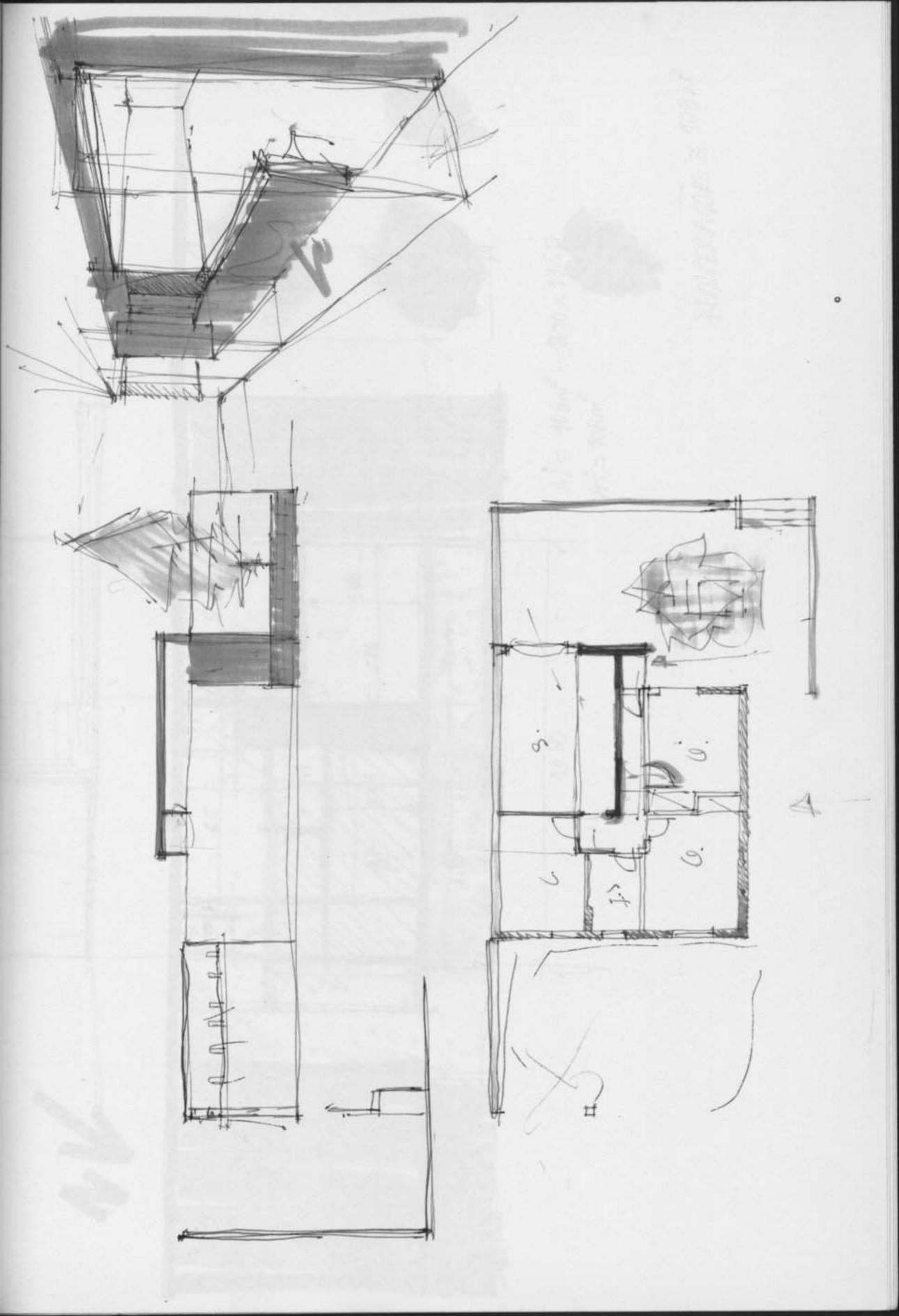
12. ANEXOS

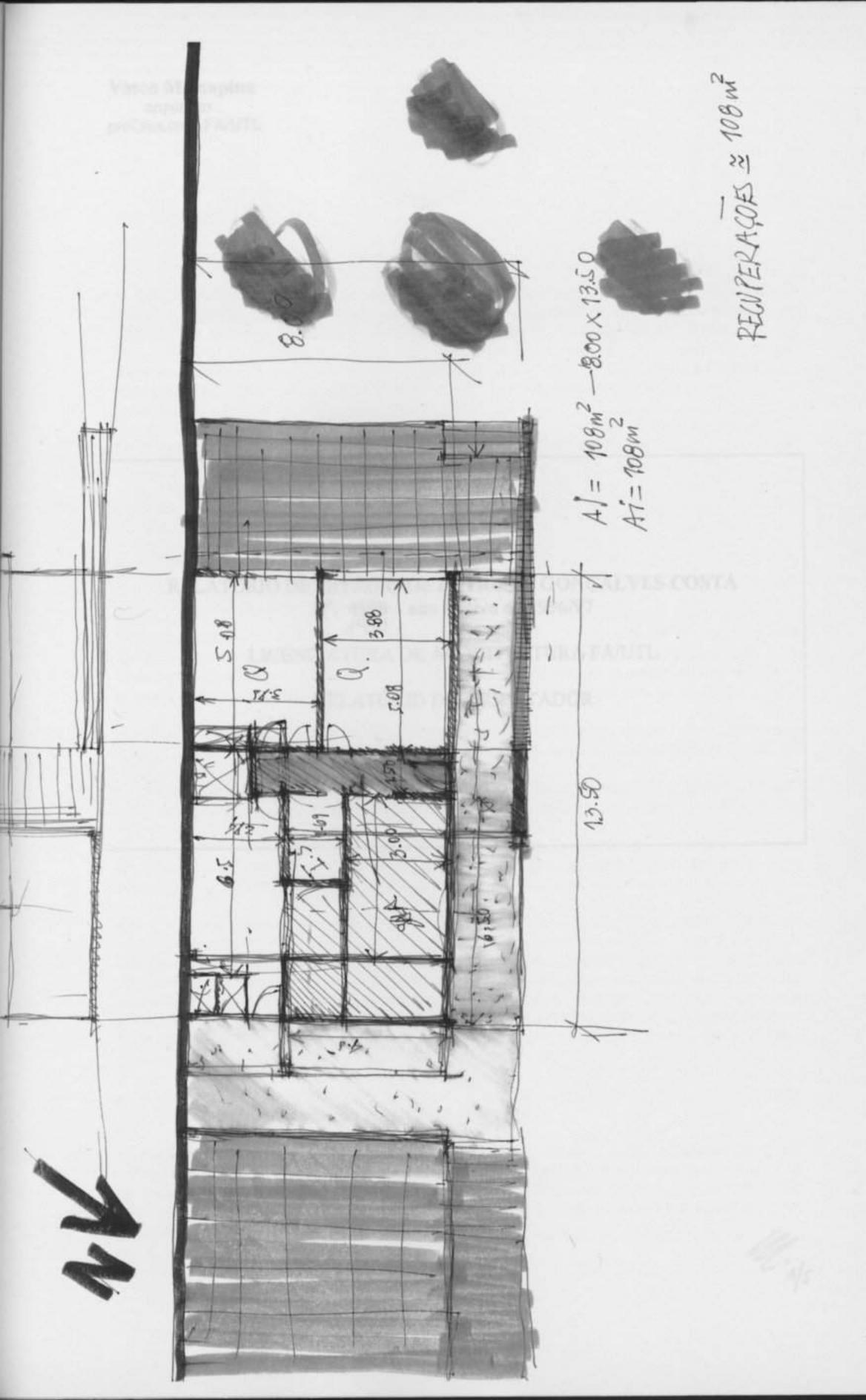
Apresento neste capítulo alguns esquiços dos trabalhos e o parecer do meu orientador.











RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE PATRÍCIA GONÇALVES COSTA Nº. 4990 – ano lectivo de 1996/97

LICENCIATURA DE ARQUITECTURA FA/UTL

RELATÓRIO DO ORIENTADOR



INTRODUÇÃO

A estagiária Patrícia Gonçalves Costa terminou a parte escolar do curso no ano lectivo de 1996/97, e realizou o seu estágio da Licenciatura de Arquitectura, durante o ano lectivo de 1997/98, de 20 de Janeiro de 1997 a 20 de Julho de 1998, no Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso / Câmara Municipal de Lisboa. Os trabalhos de preparação do estágio iniciaram-se em gabinete, bem como a parte final, tendo havido a oportunidade de contactar com a realidade profissional dos gabinetes de arquitectura, através da participação em outros trabalhos de projecto, gestão do gabinete e concursos.

Como orientador da estagiária, compete-me elaborar o presente relatório.

ENQUADRAMENTO DO TEMA DO CASAL VENTOSO

Com este enquadramento temático, pretende-se explicar o contexto em que a estagiária desenvolveu o seu estágio, já que no seu relatório se revela alguma conflitualidade, bem caracterizada, e que teve como consequência, que os trabalhos de projecto desenvolvidos, para o Gabinete do Casal Ventoso não tivéssem até à data qualquer resultado prático.

O Plano Estratégico da Cidade de Lisboa definiu para a Cidade um modelo de ordenamento urbano assente na articulação de quatro áreas, cada uma com o seu conceito urbanístico.

O Vale de Alcântara integra-se na área que foi definida como "Chameira Urbana", segundo um "eixo" que vai desde Alcântara, passando pela Praça de Espanha, Areeiro, até Marvila.

É um eixo de serviços que inclui áreas expectantes de forte centralidade, com apetência de construção e excelentes acessibilidades, onde é possível o estabelecimento de um sistema de transportes coordenado, não só urbano - metropolitano, mas também regional.

Com este enquadramento estratégico, o eficaz Plano Director Municipal, define o Vale de Alcântara como área de transição entre áreas urbanas consolidadas e o Parque de Monsanto, que integraria uma "estrutura verde", que contribuiria para garantir a manutenção de um sistema de drenagem de águas pluviais e do próprio ar, naquela zona da Cidade. Em simultâneo com a realização de um sistema de transportes integrado, o P.D.M. objectiva a necessidade de se definirem soluções urbanísticas para a reconversão de áreas degradadas, nomeadamente do Casal Ventoso, dos Sete Moinhos, da Cascalheira, e do Alvito, e ainda o objectivo do enquadramento do Aqueduto das Águas Livres.

Não ficam portanto dúvidas quanto ao que a Câmara Municipal aprovou, ao nível estratégico e de estrutura urbana e de ordenamento daquele território.

Se tivermos em atenção a propriedade dos terrenos, e os seus usos, constatamos que o interesse público, deve prevalecer sobre eventuais negócios de carácter privado que se pretendam realizar em "fatia" tão importante da cidade. Organismos como a antiga CP, actual REFER, a Administração do Porto de Lisboa, e os operadores de outros transportes, olham para aquela área com especial interesse.

2/5

Basta dizer, que se por azar o túnel do Casal Ventoso abater – e há quem diga que isso pode acontecer – fica cortado o abastecimento por caminho de ferro à zona do porto de Lisboa. A acessibilidade ao porto, assim, passa também pela solução urbanística do Vale de Alcântara.

Áreas sub-utilizadas e de elevada centralidade são apetecíveis para os agentes que operam na cidade, mas que defendem um modelo urbano, gerador de uma outra cidade, oculta e paralela, onde grassa o desenraizamento, a marginalidade, a insegurança, em resumo a falta de bem-estar. Esse modelo pode tornar-se viável num curto espaço de tempo, se houver inoperância e falta de alternativa da administração do Estado. Por isso, toda a atenção e vigilância técnica será pouca, perante o que pode vir a acontecer, que eventualmente venha a contrariar o que o Plano Director Municipal definiu: qualquer projecto deveria potenciar a criação de uma estrutura verde como revestimento de parte das "encostas" da Avenida de Ceuta, deveria ser catalisador da reabilitação / reconversão das zonas degradadas, onde a implantação de equipamentos colectivos é fundamental, e finalmente ser uma solução concertadora da rede viária e dos transportes, neste caso da Av. de Ceuta / Vale de Alcântara, onde se impõe a articulação da extensão do Metropolitano com todo o sistema rodo - ferroviário e o ramal da Ponte.

Por estas e outras razões, a solução urbanística deve sentar à mesma mesa, todos os interessados, num processo de planeamento e gestão integrados. Em urbanismo, o expedito sai caro. Se os planos estão feitos, e as estratégias encontradas, apliquem-se. Uma situação sócio - urbanística determina o estabelecimento de um programa funcional específico, porque em urbanismo também não existem receitas prévias.

A metodologia encontrada para a Expo 98, como forma de garantir a sua realização dentro do prazo, foi demonstrativa da viabilidade e interesse do planeamento urbanístico e da construção da cidade programada, poderia agora ser aplicada ao Vale de Alcântara e zonas adjacentes: definição de uma área de intervenção onde o Plano de Urbanização se assuma como plano integrador e concertador de interesses, público e transparente, e consolidação de uma entidade pública – o Gabinete de Reconversão – que possa levar à prática esta acção de importância nacional – a requalificação urbana e arquitectónica de uma área que se define desde o rio até à Praça de Espanha.

A população do Casal Ventoso – autóctone – tem coesão social e enraizamento local. A construção do novo bairro na Avenida de Ceuta, e a reconversão do próprio Casal Ventoso, determinam que se promovam acções de realojamento apoiado incompatível com a simples acção de "entrega de chave". Qualquer operação de realojamento deve ser integrada na envolvente e não constituir uma operação isolada do contexto físico (e social) do bairro.

Se assim não for, corre-se o risco de criar "novas Chelas", e espaços urbanos inqualificáveis, desertificados e sem personalidade. O realojamento massificado em blocos contínuos com espaços públicos diminutos e sem equipamentos já deu sobejas provas de não funcionar. A "casa" prolonga-se na rua para qualquer população que está habituada a uma vivência de bairro. Existem mecanismos de ajuda mútua, engendrados por relações de vizinhança fortes, que sendo rompidos, contribuem para o desenraizamento da população e para a sua continuada angústia. A consciência da população a realojar, determina que a operação se associe à renovação do bairro existente, e à inserção urbanística deste, na nova malha urbana a construir.

Uma reconversão urbana, não passa só pelo realojamento de famílias e pela melhoria da imagem que os outros vêem. Passa também por acções de protecção social, de formação profissional dos jovens, de criação de equipamentos e de promoção económica.

Os Capítulos 4 a 9 do Relatório, devem ser analisados neste enquadramento, muito ficando por dizer...

3/5

ENQUADRAMENTO DOS TRABALHOS REALIZADOS NO ATELIER

Durante o período de estágio, colaborou em projectos, cujas obras estão em curso, e em estudos que fundamentaram propostas de intervenção, para o mesmo local e cliente: o Centro de Férias do INATEL na Costa da Caparica.

O acompanhamento das obras que tem efectuado, tem-lhe proporcionado um contacto directo com a produção post-projecto, o que se revelou importante: por mostrar os "conflitos" que sempre emergem nas relações que se estabelecem numa obra; por permitir uma prática de estaleiro e um conhecimento da realidade sociológica dessa "comunidade" estabelecida durante um tempo e objectivo determinados.

Sendo o relatório suficientemente explícito sobre os "materiais" produzidos, devo registar as colaborações pedagógicas dos colegas de atelier Pedro Vaz, Paulo Manta e Manuel Ayres, reconhecendo enquanto responsável pelos trabalhos, a co-autoria da estagiária nos projectos desenvolvidos e demonstrados no relatório.

Coincidindo com o período de conclusão do estágio, foi proporcionada à estagiária a integração na equipa do Atelier Cidade Aberta, que participou no concurso público do "ESTUDO PRÉVIO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE REABILITAÇÃO URBANA E FUNCIONAL DE CACILHAS", a um nível equiparado ao dos outros colegas que integraram a equipa, ou seja, da concepção e da produção do projecto, como prova de confiança do atelier, e de satisfação da própria estagiária. A sua participação revelou-se, efectivamente, bastante útil, na concepção de alguns edifícios que integraram a concepção urbanística global da proposta, que veio a obter o 1º. lugar no concurso.

1.4/5

CONCLUSÃO

Já tenho referido que um estágio com as características e a natureza de estágio académico, nunca pode abordar a totalidade da prática profissional. A profissão de arquitecto é de formação contínua. O seu poder de transformação dos ambientes naturais e construidos, aumenta dia-a-dia com o desenvolvimento da tecnologia e da informação e em proporção com a responsabilidade pública dos actos próprios da profissão. A definição desta responsabilidade coincide com a definição dos limites da fronteira do campo de actividade do Arquitecto e do exercício da profissão dita "liberal", independentemente dos modos como se exerce, que não se esgota hoje no "exercício por conta própria", pois mesmo em actividade profissional dependente, como foi o caso da estagiária, a responsabilidade técnica é assumida individualmente ou em co-autoria, dada a função social da Arquitectura. A sociedade define hoje a Arquitectura como sendo de interesse público, seja qual for o "produto" arquitectónico concebido.

A compreensão da estagiária do que são os actos próprios da profissão, e a iniciação profissional que lhe foi facultada, permitem-me considerá-la preparada para o exercício da profissão. Falta apenas o ritual de "entrada", que infelizmente continua apenas como acto administrativo, em vez de ser um acto de investidura, que a Ordem profissional deveria proporcionar.

A minha experiência profissional, e do exercício de lugares de direcção na ex-Associação dos Arquitectos e na Ordem dos Arquitectos, permitiu-me o contacto com dezenas de estudantes de arquitectura e jovens licenciados, e um conhecimento razoável do panorama em que se exerce a profissão. Por isso classifico a estagiária no nível mais elevado, não só apta para o exercício da profissão, mas também para o ensino e investigação. A estagiária evidenciou durante todo o período de estágio, para além da vocação que a profissão de Arquitecta exige, as qualidades que já a tinham distinguido enquanto finalista do curso de arquitectura: capacidade de sacrifício, muito boa integração em grupos de trabalho, imaginação, criatividade, bons conhecimentos técnicos, avidez de saber e elevada ética profissional, que a colocam numa posição que considero excepcional.

Lisboa, 18 de Dezembro de 1998

El yourspins

5/5

DECLARAÇÃO

Para os efeitos convenientes, registo curricular e de autorias de projecto, declara-se que a Estagiária de Arquitectura

PATRÍCIA GONÇALVES COSTA

realizou o estágio no Atelier Cidade Aberta, Arquitectura, Planeamento e Artes Plásticas Lda, conforme expresso no respectivo relatório, sendo co-autora dos seguintes projectos:

- PROGRAMA BASE DE OCUPAÇÃO PARA A ZONA POENTE DA AVENIDA DE CEUTA.
- REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO 3 ANTIGO DORMITÓRIO, CENTRO DE FÉRIAS DO INATEL NA COSTA DA CAPARICA.
- REMODELAÇÃO DOS EDIFÍCIOS 14 MORADIAS UNIFAMILIARES, CENTRO DE FÉRIAS DO INATEL NA COSTA DA CAPARICA.
- NOVAS MORADIAS UNIFAMILIARES B2, CENTRO DE FÉRIAS DO INATEL NA COSTA DA CAPARICA.

Mais declaro a sua co-autoria no

"ESTUDO PRÉVIO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE REABILITAÇÃO URBANA E FUNCIONAL DE CACILHAS"

trabalho que obteve o 1º. Prémio no concurso público lançado pela Câmara Municipal de Almada e Companhia de Seguros Império, cujo relatório preliminar do júri constitui anexo desta declaração.

Lisboa, 18 de Dezembro de 1998

/a/yomonorina

PAG. 818 THE TANK OF THE PAGE OF THE PAGE

ANEXO II

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DOS CONCORRENTES

N.° CONCORRENTE	DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
5	ATELIER CIDADE ABERTA, ARQUITECTURA, PLANEAMENTO E ARTES PLÁSTICAS LD' E SEMALY, INGÉNIERIE DES TRANSPORTS PUBLICS	73,64	1°
2	FERCONSULT - CONSULTORIA, ESTUDOS E PROJECTOS DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES, SA, E NECESSIDADES - PROJECTOS, ARQUITECTURA E PLANEAMENTOS, LD'	69,20(alter.)	2°
4	RISCO PROJECTISTAS E CONSULTORES DE DESIGN SA	66,02	3°
6	BUILDING DESIGN PARTNERSHIP E CAPINHA LOPES & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE ARQUITECTURA	52,76	4°
3	MANUEL FERNANDES DE SA, LD E JOAN BUSQUETS	49,37	5°
1	WS ATKINS INTERNACIONAL LIMITED, WS ATKINS (PORTUGAL), CONULTORES E PROJECTISTAS INTERNACIONAIS LT; JOÃO SANTA-RITA, ARQUITECTO; ARPAS, ARQUITECTOS PAISAGISTAS ASSOCIADOS, LD; E SIPCA, PROJECTOS INTERNACIONAIS E CONSULTORIA, LD*	49,21	6°

FACULDADE DE ARQUITECTURA OSSES (Centro de Documentação)

